Porto Alegre, Quinta, 22 de Agosto de 2024 - Ano 24 - Número 8373

O Sul

SUPREMO INVALIDA LEI ESTADUAL QUE PERMITIA NO RS A IMPORTAÇÃO DE PNEUS USADOS E RECAUCHUTADOS.

Agenciagov

Em decisão unânime, os 12 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram pela anulação de uma lei estadual que há 20 anos permitia no Rio Grande do Sul a compra e venda de pneus usados e recauchutados de outros países, mediante determinadas condições às empresas importadoras. A ação se deu no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Página 50

PORTO ALEGRE SE MANTÉM ENTRE AS QUATRO CIDADES MAIS COMPETITIVAS DO PAÍS.

Página 46

RS MANTÉM PRIMEIRO LUGAR EM EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA E AVANÇA EM CINCO INDICADORES DO RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS.

O Rio Grande do Sul manteve o primeiro lugar em eficiência da máquina pública e avançou em outros cinco dos dez pilares no Ranking de Competitividade dos Estados de 2024, divulgado nessa quarta-feira (21) em Brasília. Desenvolvido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), o levantamento avalia as 27 unidades da Federação. Página 45

BOLSA BRASILEIRA TEM RECORDE PELO TERCEIRO DIA SEGUIDO; DÓLAR TEM LEVE RECUO.

Página 26

LE LAKE EYRE
VIVA DIFERENTE,
VIVA O EXCLUSIVO
Prepare-se para conhecer o SEGUNDO CONDOMÍNIO DO GOLDEN LAKE: o Lake Eyre está chegando!
3 e 4 suítes
de 127 a 186m²
2 e 3 vagas
ILUSTRAÇÃO FACHADAS FRONTAIS

Ex-ministro de Lula doa R$ 100 mil para campanha de Pedro Rousseff, sobrinho de Dilma.

Reprodução

Pedro Rousseff é candidato a vereador pelo PT em Belo Horizonte (MG).

Ex-ministro do Turismo no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Walfrido dos Mares Guia resolveu contribuir financeiramente para a campanha do sobrinho-neto de Dilma Rousseff. Candidato a vereador em Belo Horizonte (MG), Pedro Rousseff recebeu R$ 100 mil de doação de Mares Guia. A informação foi inicialmente divulgada pelo portal Metrópoles e confirmada, em seguida, pelo jornal O Globo.

Vale mencionar que, neste ano, o limite para gastos de campanha para vereador em Belo Horizonte é de R$ 898 mil.

Titular do Turismo entre 2004 e 2007, o ex-ministro é tido como um político clássico mineiro, uma vez que foi vice-governador do estado no mandato de Eduardo Azeredo (1995-1999).

O último cargo público que exerceu foi em 2007, no segundo governo Lula, quando passou seis meses como ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais.

Na ocasião, renunciou ao cargo após ser acusado de participação em um esquema de desvio de dinheiro público, que ficou conhecido como o "mensalão mineiro". Posteriormente, em 2014, a Justiça de Minas Gerais extinguiu a punibilidade do processo.

Aos 24 anos, Pedro Rousseff concorre pela primeira vez a um cargo eletivo e é uma das grandes apostas do PT para ser "puxador de voto". Ele declarou não ter bens à Justiça Eleitoral.

Formado em administração, Pedro é neto de Igor Rousseff, irmão da ex-presidente. Apesar de concorrer pela primeira vez, ele não é novato na política. Atuou nos bastidores da última campanha de Lula e na eleição do deputado estadual Ricardo Campos.

Atuante nas redes sociais, Pedro acumulava 106 mil seguidores no Instagram e 108,2 mil no X (antigo-Twitter) até a noite dessa quarta-feira (21). No TikTok, plataforma na qual sua presença é mais forte, tem 281 mil seguidores e já recebeu quase 7 milhões de curtidas.

Dentro do partido, ele faz parte da corrente do PT Construindo um Novo Brasil (CNB), a mesma de Dilma. Em 2022, ele trabalhou nos bastidores da campanha presidencial de Lula e ajudou a eleger o deputado estadual Ricardo Campos.

Ele auto-declara "inimigo da extrema direita" em suas plataformas. Usa o parentesco com a ex-presidente, que chama de "Dilminha" em posts no Instagram, e a proximidade com o governo Lula para chamar a atenção do eleitorado. A ex-presidente hoje é presidente do banco dos Brics.

A GARANTIA DE
BONS NEGÓCIOS
NO CAMPO.
cmpc
VISITE A CASA NA CMPC
NA EXPOINTER, EM FRENTE
AO ESPAÇO SIMERS.
Mais do que um Programa de Fomento Florestal, o RS+Renda é um investimento no presente e no futuro do nosso Estado. A CMPC, parceira de confiança dos produtores rurais, tem condições especiais para quem deseja fazer dinheiro com o plantio de eucalipto.
Ao firmar parceria com essa grande empresa, você colhe resultados de curto, médio e longo prazo. Além disso, estimula o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e garante um futuro melhor para as próximas gerações.
Venha fazer bons negócios no campo.
Aponte a câmera do seu celular e acesse o site.
CONDIÇÕES ESPECIAIS
RS + Renda
PROGRAMA
DE FOMENTO
FLORESTAL
/CMPCBrasil
www.rsmaisrenda.com.br

Aliados pedem punição do partido de Bolsonaro a Romário por causa de "traição".

Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cobram uma atitude da Executiva nacional da legenda em relação ao senador Romário (PL-RJ), que nas eleições em cidades do Rio anunciou apoio a candidaturas que concorrem diretamente com alguns dos seus correligionários. Romário declarou votos em Eduardo Paes (PSD), que tenta se reeleger na capital fluminense contra Alexandre Ramagem (PL), e apoia Rodrigo Neves (PDT) em Niterói, município em que o PL tem Carlos Jordy como candidato à prefeitura.

Nas duas cidades, o ex-jogador é associado a indicações para cargos públicos. Tanto Ramagem quanto Jordy foram escolhidos diretamente por Bolsonaro e concorrem em colégios eleitorais considerados ”estratégicos” para o PL, já que o Rio é o berço do bolsonarismo e eventuais derrotas seriam simbólicas.

Líder do PL na Câmara dos Deputados, Altineu Côrtes diz que o assunto será discutido no partido e define o que o senador faz como ”infidelidade partidária”. Pessoas próximas à cúpula do partido asseguram que Romário será chamado para conversar sobre as decisões do partido com o presidente nacional da legenda, Valdemar da Costa Neto. Outros caciques do PL também se mostraram contrariados com as decisões individuais do senador.

”Romário comete, sim, infidelidade partidária. Ele não deveria dar apoio a candidatos que não sejam do PL. O diretório do Rio fez de tudo para que o Romário se reelegesse senador e, por isto, ele deveria apoiar Ramagem e Jordy. Esse assunto vai ser discutido internamente no PL, sim, tanto no Rio quanto em Brasília. O que o Romário faz é inadmissível”, afirma.

Candidato em Niterói, Carlos Jordy, que chegou a ser líder da oposição na Câmara, diz ”nunca ter contado com o apoio de Romário”. No município, o ex-jogador de futebol declarou apoio a Rodrigo Neves (PDT).

”Com certeza esse apoio é fruto de mais um acordo para tentar vencer a eleição ampliando a máquina pública com mais uma secretaria loteada. Nunca contei com esse tipo de 'apoio'.”

Filho mais velho de Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), diz que a situação é ”constrangedora”. Ele lembra, entretanto, que Romário já estava no partido antes da chegada da família Bolsonaro e garante que o partido passará por uma ”renovação” em breve, na qual permanecerão aqueles que estejam de acordo com os valores bolsonaristas.

”É óbvio que o Romário já assumiu compromissos com os candidatos que apoia, o que é ruim para o PL. É claro que sempre esperamos que nossos parlamentares apoiem os nossos candidatos. Não acho que seja um caso imediato de punição, mas quem não se sente confortável no PL, em breve, buscará outra casa, já que os nossos quadros terão que se alinhar aos nossos princípios”, diz.

O senador não quis se manifestar. Em meio às críticas, entretanto, ele fez uma publicação em suas redes sociais que foi associada ao caso: ”É muito palpite, é muito 'mimimi' e ninguém é exemplo de porra nenhuma”, escreveu.

Acostumado a pressões que vinham das arquibancadas na época de jogador e com o assédio de vários clubes pelo seu passe, Romário vê o PSD – partido de Paes – abrir as portas para uma possível troca de legenda. Para cargos majoritários (presidente, governadores, prefeitos e senadores), a alteração partidários não afeta mandatos.

Um dos nomes mais próximos de Paes e da Executiva nacional do PSD em Brasília, o deputado Pedro Paulo (RJ) diz que as portas do partido estariam abertas para o parlamentar.

”Seria um luxo (a ida de Romário para a legenda). O PSD cuidará do Senador Romário igual o Cruyff (lendário jogador e treinador holandês) cuidou do jogador no Barcelona. Aqui ele escolhe camisa, treina quando quiser e tá liberado para o Carnaval”, afirma.

Reprodução

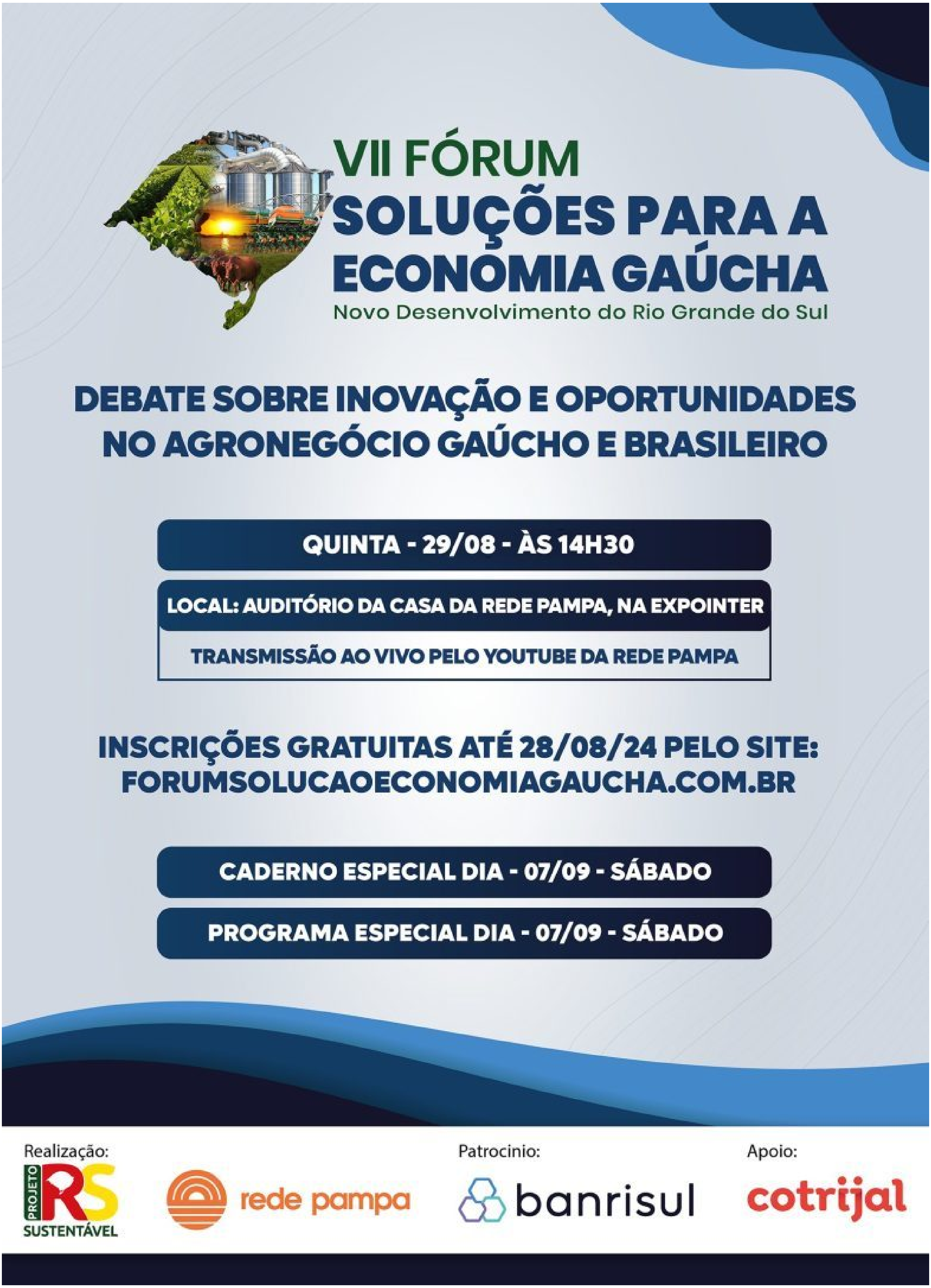
O ex-jogador é associado a indicações para cargos públicos.

Cargos na jogada

O apoio de Romário à campanha de reeleição de Eduardo Paes (PSD) para a prefeitura do Rio gerou mal-estar no partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem Alexandre Ramagem como seu candidato. De acordo com membros do PL, Romário comunicou à Executiva Nacional da legenda há cerca de um mês que não apoiaria o candidato bolsonarista e, por isto, deixou de ser convidado para atividades de campanha de Ramagem.

A decisão fez com que crescesse a antipatia dos membros da família Bolsonaro ao ex-jogador de futebol, que o veem como ”desgarrado” dos valores bolsonaristas. Neste momento, a ala mais próxima ao clã Bolsonaro não mantém nenhum contato com o senador. Romário, entretanto, conduz seus diálogos com o presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto.

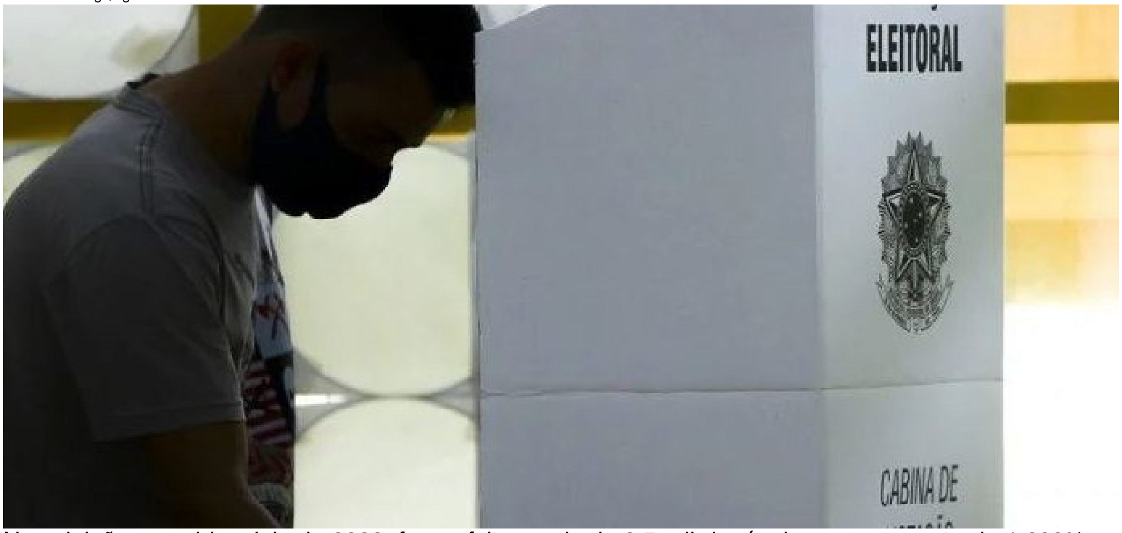
Como pano de fundo para a opção por Paes, estariam indicações e cargos na prefeitura do Rio. Influente na Secretaria da Pessoa com Deficiência, Romário teria sido decisivo, por exemplo, na escolha de Helena Werneck para o comando da pasta. Na pasta, a ex-mulher de Romário também está lotada. Danielle Favatto Grijó Costa, mãe de uma das filhas do ex-craque, ocupa um cargo em comissão desde agosto de 2021. No último contracheque disponível no portal da prefeitura, ela recebeu remuneração de R$ 5.652,50.



VII FÓRUM
SOLUÇÕES PARA A ECONOMIA GAÚCHA
Novo Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
DEBATE SOBRE INOVAÇÃO E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO GAÚCHO E BRASILEIRO
QUINTA - 29/08 - ÀS 14H30
LOCAL: AUDITÓRIO DA CASA DA REDE PAMPA, NA EXPOINTER
TRANSMISSÃO AO VIVO PELO YOUTUBE DA REDE PAMPA
INSCRIÇÕES GRATUITAS ATÉ 28/08/24 PELO SITE:
FORUMSOLUCAOECONOMIAGAUCHA.COM.BR
CADERNO ESPECIAL DIA - 07/09 - SÁBADO
PROGRAMA ESPECIAL DIA - 07/09 - SÁBADO
Realização:
PROJETO RS SUSTENTÁVEL
rede pampa
Patrocinio:
banrisul
Apoio:
cotrijal

Campanha combate assédio eleitoral em local de trabalho.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Nas eleições presidenciais de 2022, foram feitas mais de 3,5 mil denúncias, um aumento de 1.600% na comparação com 2018.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou nesta semana a campanha "O voto é seu e tem a sua identidade". A ideia é conscientizar sobre os prejuízos do assédio eleitoral tanto no ambiente de trabalho como para a preservação do Estado Democrático de Direito.

Nas eleições presidenciais de 2022, foram feitas mais de 3,5 mil denúncias, um aumento de 1.600% na comparação com 2018. As campanhas para prefeitos e vereadores de mais de 5,5 mil municípios, deste ano, mal começaram, e o MPT já registrou 90 denúncias. A tendência das eleições passadas é que esse número só aumente até o dia da votação.

Os Estados também estão entrando nessa campanha. Em Sergipe, por exemplo, o MPT assinou, na semana passada, um pacto contra o assédio eleitoral. Uma parceria com o Tribunal Regional Eleitoral, a Ordem dos Advogados do Brasil, as Polícias Federal e Civil, as Procuradorias Municipais e os partidos políticos, conforme explicou o procurador Márcio Amazonas.

Já o Ministério Público do Trabalho e o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul realizam, nesta sexta-feira (23), um seminário sobre os "Limites da Propaganda Eleitoral e o Assédio Eleitoral no Ambiente de Trabalho".

Na internet, uma cartilha sobre "Assédio Eleitoral" apresenta a legislação, detalha as maneiras como um trabalhador pode ser pressionado, e os procedimentos para comprovar e denunciar o assédio eleitoral. A cartilha pode ser acessada no site do Ministério Público do Trabalho: mpt.mp.br.

Assédio eleitoral

Assédio eleitoral no trabalho é quando alguém tenta forçar ou constranger você a votar em um (a) candidato (a) ou partido político específico. Isso não é certo, e você tem o direito de escolher livremente.

Exemplos:

- Se alguém disser que você pode perder o emprego se não votar em determinada pessoa;
- Se usarem seu local de trabalho falar sobre política e tentar te influenciar;
- Se prometerem coisas boas se você votar em certa pessoa;
- Se exigirem que você prove que votou em um (a) candidato (a) específico (a).

O (a) empregador (a) que praticar assédio eleitoral no trabalho pode enfrentar sérias consequências, tais como:

- Multa: o (a) empregador (a) pode ser multado (a) pelas autoridades responsáveis, como o Ministério Público do Trabalho ou a Justiça Eleitoral. Essa multa é uma punição pelo comportamento errado ou inadequado.
- Rescisão Indireta do Contrato de Trabalho: se o (a) empregador (a) estiver pressionando o (a) trabalhador (a) a votar de certo modo, o (a) trabalhador (a) pode pedir a rescisão indireta do contrato de trabalho. Isso significa que o (a) trabalhador (a) pode sair do emprego e receber direitos como se tivesse sido demitido sem justa causa.
- Indenização por Danos Morais: se você sofrer com o assédio eleitoral, o (a) empregador (a) pode ser obrigado a pagar uma indenização por danos morais. Isso é uma compensação pelo sofrimento e pela pressão que você enfrentou.
- Sanções Penais: o assédio eleitoral é considerado um crime eleitoral. Isso significa que o empregador (a) pode ser penalizado (a) com multas e até mesmo prisão, dependendo da gravidade da situação.

BANRISUL E REDE PAMPA RECONHECEM
OS GRANDES DESTAQUES DO AGRO!
TROFÉU
Destaques do
Agro
2024
QUINTA-FEIRA - 29/08
LOCAL: CASA DA REDE PAMPA NA EXPOINTER
TRANSMISSÃO AO VIVO NA RÁDIO LIBERDADE
E NO YOUTUBE DA REDE PAMPA.
CADERNO ESPECIAL NO JORNAL O SUL - 07/09 - SÁBADO
PROGRAMA ESPECIAL NA TV PAMPA - 07/09 - SÁBADO
Realização:
rede pampa
Patrocinio:
banrisul
Apoio:
cotrijal

Confira oito informações falsas sobre as urnas eletrônicas para não se deixar enganar nas eleições.

Com o começo das campanhas eleitorais e a proximidade da data do primeiro turno, marcado para o dia 6 de outubro, voltam a aparecer nas redes sociais conteúdos falsos e enganosos sobre as urnas eletrônicas. Relembre algumas informações erradas que circularam sobre os equipamentos de votação em eleições passadas para que você não se deixe enganar este ano.

- Mesário não consegue votar por eleitores faltosos

Não acredite se alguém lhe disser que o mesário pode votar no lugar dos eleitores que não comparecem no dia da eleição. Essa hipótese falsa surgiu de uma suposição errada sobre um fato verdadeiro. É verdade que mesários conseguem liberar a urna eletrônica para o eleitor votar mesmo quando a biometria falha. Mas esse poder não permite ao mesário votar por quem não compareceu. A liberação da urna sem a biometria só ocorre na presença do eleitor, depois que ele apresenta ao mesário um documento original com foto e informa a data de seu nascimento.

- Votos não sumiram, foram agregados a outras seções

Na eleição de 2022, teve quem achou que o voto que tinha depositado na urna eletrônica havia sumido porque não encontrou as informações sobre o seu lugar de votação, nem no site nem no aplicativo para celular, disponibilizados pelo pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Esses dois recursos permitem que as pessoas confiram a quantidade de votos que os candidatos receberam nas seções eleitorais. Para encontrar os dados sobre cada localidade, é necessário informar o Estado, a cidade, a zona eleitoral e a seção eleitoral.

Pessoas que não acharam a respectiva seção eleitoral durante a busca pensaram que o voto delas não tinha sido computado. Na realidade, algumas seções foram agregadas a outras, como uma medida de diminuir custos operacionais.

- Aparelho do mesário não informa votos em candidatos

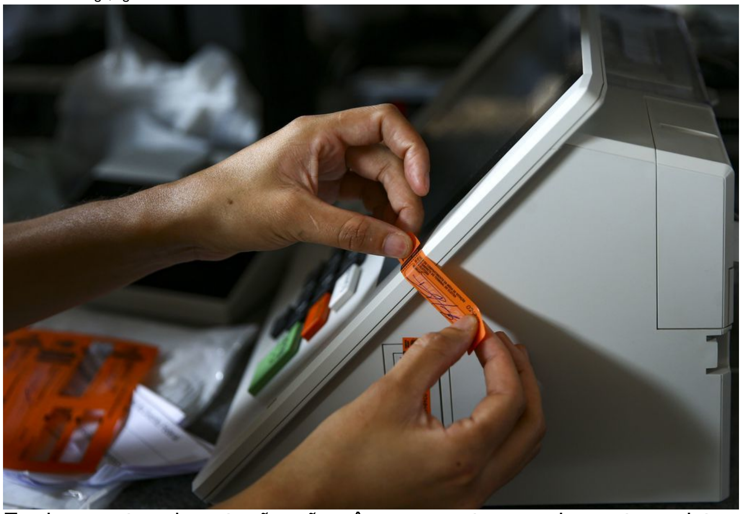
O equipamento eletrônico utilizado pelos mesários no dia da eleição, chamado de terminal, permite identificar e habilitar os eleitores para a votação. Uma incompreensão sobre o significado das informações que aparecem no painel do terminal já fez pessoas acreditarem que era possível votar em dois oponentes ao mesmo tempo.

Os números no visor, que foram erroneamente interpretados como quantidade de votos de candidatos, eram, na verdade, dados sobre a biometria do eleitorado local. De acordo com o TSE, a tela apresenta as seguintes informações antes que um eleitor seja identificado: um relógio com o horário local, a quantidade de eleitores que já votaram na urna, a quantidade de eleitores que podem votar na urna.

- Votos não são inseridos na urna antes das eleições

Uma das desconfianças que rondam as urnas eletrônicas é a hipótese de que o equipamento pode ser previamente preenchido com votos para determinada pessoa antes das eleições. A ideia não se sustenta porque no início do pleito todas as urnas imprimem a “zerésima”, que é um relatório que garante que o equipamento inicia o processo eleitoral sem votos pré-definidos ou atribuídos a qualquer candidato. Toda pessoa pode acompanhar esse processo desde que esteja presente na seção eleitoral.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Equipamentos de votação não vêm com votos previamente registrados e mesários não conseguem alterar informações inseridas pelos eleitores.

- Soma dos votos não é feita por documento impresso pela urna

Se após a eleição você encontrar um documento que tenha o resultado da votação da sua urna eletrônica espalhado pelo chão, não ache que os votos se extraviaram. Conhecido como Boletim de Urna, esse papel impresso serve para documentar e tornar público o resultado apurado em cada equipamento após o fim da votação. O Tribunal Superior Eleitoral, órgão responsável por divulgar o resultado do pleito, não o utiliza para a totalização dos votos. A soma é feita a partir da leitura da mídia eletrônica de resultado - uma espécie de pendrive inserido na urna eletrônica, que guarda as informações sobre as escolhas dos eleitores.

- Urna travada não impede voto do eleitor

Aconteceu em eleições anteriores casos em que o eleitor digitou o número do seu candidato e o botão “confirma” falhou devido a problemas técnicos do equipamento e não por uma suposta fraude. Nessas situações, para garantir a continuidade da votação, a Justiça Eleitoral prevê mecanismos de contingência.

- Urnas podem ser transportadas por terceirizados

Houve quem desconfiasse da integridade da urna eletrônica ao ver vídeos dela sendo transportada por motoristas de táxis e de carros de aplicativos e por funcionários da limpeza urbana. No entanto, em todos os casos, não houve irregularidades. Há situações em que os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), responsáveis por organizar as eleições nas respectivas unidades da federação, estabelecem parcerias com outros órgãos e serviços.

- Urna não anula voto por ”conta própria”

Os votos nulos ocorrem por erro ou vontade consciente do eleitor e não por ação orquestrada da urna eletrônica ou por apertar ‘confirma’ no momento de conferência do voto. O voto é anulado quando digita-se uma sequência de números que não corresponde a nenhum partido ou candidato, e depois confirma. Nas eleições de 2022, circulou o boato de que a urna eletrônica mostrou nulo quando alguém tentou votar para presidente. Mas tudo não passou de um engano do próprio eleitor que inseriu o número do seu candidato no campo para governador.

Câmara vai recuar em proposta de emenda à Constituição que autoriza o Congresso a derrubar decisões do Supremo.

Um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) anunciar o acordo com governo e Congresso para manter o pagamento de emendas, diante de alguns ajustes, a Câmara dos Deputados sinalizou um recuo: a proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza o Legislativo a derrubar decisões da Suprema Corte voltará para a geladeira. Mas isso não significa clima de plena harmonia entre parlamentares e magistratura. A outra PEC que limita as decisões monocráticas dos ministros continuará seu curso.

Andressa Anholes/STF

Outra proposta que limita o poder dos ministros em decisões monocráticas continuará tramitando, mas não há previsão de rito acelerado.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tirou as duas propostas da gaveta no último dia 16, num movimento de retaliação após a Corte manter a decisão do ministro Flávio Dino de suspender as emendas parlamentares ao Orçamento. Os magistrados não aceitaram a intimidação e também mandaram recados por interlocutores. Deixaram claro que a PEC da revogação de decisões do STF seria considerada inconstitucional.

Em relação às decisões monocráticas, os magistrados tentam minimizar seu impacto, com o argumento de que seria uma medida inócua, diante de limitações já existentes. Entretanto não é bem assim. Deputados e senadores sabem que o tema causa desconforto no Supremo e o rito dessa pauta vai depender das negociações que ocorrerão no prazo de dez dias, para finalmente destravar o pagamento das emendas.

Nessa quarta (21), o líder da oposição, deputado Filipe Barros (PL-PR), anunciou nas redes sociais que será o relator da matéria. De autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a PEC foi aprovada no Senado no ano passado, e estava na gaveta de Arthur Lira desde dezembro.

Dentre os termos do acordo negociado entre os três Poderes, ficou acertado que o valor global destinado às emendas parlamentares no Orçamento terá um novo critério para limitar a ampliação segundo o crescimento das despesas discricionárias, ou seja, as não obrigatórios como investimentos. O assunto deve ser objeto de uma nova PEC, cujos termos serão definidos em negociação entre governo e Congresso nos próximos dez dias.

— Veja o que diz o acordo anunciado pelo STF:

- Emendas Pix

Essa modalidade de emendas teve o pagamento bloqueado pelo ministro Flávio Dino. Pelo acordo, a decisão poderá ser revista a partir do compromisso do Congresso de identificar antecipadamente para o que o dinheiro está sendo destinado, sendo que será necessário também dar prioridade a obras inacabadas. A transferência dos recursos serão feita mediante prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU);

- Outras emendas individuais

Outras modalidades de emendas parlamentares são mantidas, inclusive com obrigação do governo de destinar o recurso, mas será preciso respeitar uma nova regra para limitar o valor global desses gastos segundo o crescimento da parcela do Orçamento destinada a verbas discricionárias (não obrigatórias) como investimentos;

- Emendas de bancada

Essas emendas serão destinadas a "projetos estruturantes" de acordo com a definição da própria bancada;

- Emendas de comissão

Serão destinadas a projetos de "interesse nacional ou regional" a partir de critérios definidos em acordo entre os poderes Legislativo e Executivo.

Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União cogitam sorteio para fiscalizar as "emendas Pix" nos municípios.

Reprodução/Prefeitura Feira de Santana-BA

Presidente do TCU, Bruno Dantas disse que os detalhes ainda serão discutidos tanto com a CGU quanto com os órgãos fiscalizadores regionais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) estão trabalhando em um sistema de regras para a fiscalização do uso das chamadas "emendas Pix" nos municípios. A ideia, que ainda será discutida com os tribunais de contas estaduais, é que seja realizado um sorteio das cidades que terão as despesas com as emendas fiscalizadas.

O sorteio foi a saída encontrada para a falta de estrutura e pessoal para acompanhar a alocação das "emendas Pix" nos mais de 5 mil municípios, explicou o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas. Ele ressaltou, contudo, que os detalhes ainda serão discutidos tanto com a CGU quanto com os órgãos fiscalizadores regionais.

Uma das possibilidades é que as cidades sorteadas tenham fiscalizadas todas as emendas recebidas nos quatros anos anteriores. "O TCU vai fiscalizar as 'emendas Pix' da mesma forma que fiscaliza os convênios, considerando materialidade, relevância e riscos. São muitos convênios e não é possível fiscalizar tudo", lembrou Dantas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) anunciou na última terça-feira (20) que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário chegaram a um consenso de que as emendas serão mantidas, mas que deverão "respeitar critérios de transparência, rastreabilidade e correção".

A nota foi divulgada após reunião entre os ministros do Supremo, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e representantes do governo, que estavam em um impasse em torno do pagamento das emendas parlamentares, desde que a Corte determinou a suspensão da execução desse tipo de repasse.

Acordo

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, na tarde dessa quarta (21), que tem "absoluta certeza" de que Legislativo e Executivo vão cumprir o prazo de 10 dias para definição das novas regras envolvendo as emendas parlamentares.

"Acho que tem boas balizas, bons trilhos, que melhoram o sistema para a frente", afirmou.

Relator das ações que tratam do tema no STF, Dino deu declarações pouco antes de um evento no Palácio do Planalto. Foi a primeira vez que ele falou publicamente sobre o assunto.

Em reunião com representantes dos Três Poderes, na terça, foi estipulado um acordo para manutenção das emendas, mas com ajustes como a identificação antecipada do objetivo do repasse.

"O acordo não finaliza os processos, tanto que as liminares continuam valendo. O acordo sinaliza o caminho pelo qual vamos chegar ao fim dos processos, que é percorrer os passos que estão lá. Mas evidentemente o tema voltará para o plenário para julgamento de mérito", explicou.

Senado aprovou a proposta que estabelece regras de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.

O Senado aprovou na terça-feira (20) o texto substitutivo ao projeto que trata do regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O Projeto de Lei (PL) 1.847/2024, do senador licenciado Efraim Filho (União Brasil-PB), atende a acordo firmado entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional sobre a Lei que prorrogou a desoneração até o final de 2027. A versão do senador Jaques Wagner (PT-BA) segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.

A reoneração gradual da folha de pagamento terá duração de três anos (2025 a 2027). O gradualismo da transição proposto por Efraim é uma tentativa de reduzir o impacto tanto no mercado de trabalho quanto na arrecadação de tributos.

O projeto mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com alíquota de 5% sobre a folha de pagamento. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração. Durante toda a transição, a folha de pagamento do 13º salário continuará integralmente desonerada. A proposta também reduz gradualmente, durante o período de transição, o adicional de 1% sobre a Cofins-Importação instituído em função da desoneração da folha de pagamento. Ele será reduzido para 0,8% em 2025 e para 0,6% no ano seguinte. Já em 2027, ele será de 0,4%.

O substitutivo do relator também trouxe dispositivos para compensar a renúncia com a desoneração. Entre eles, estão a atualização do valor de bens imóveis na Receita Federal; o aperfeiçoamento dos mecanismos de transação de dívidas com as autarquias e fundações públicas federais; medidas de combate à fraude e a abusos no gasto público, como medidas cautelares e mais rígidas nos benefícios do INSS; e a instituição do Regime Especial de Regularização Geral de Bens Cambial e Tributária, para declaração voluntária de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, mantidos no Brasil ou no exterior, ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.

Agência Brasil

A proposta segue para votação na Câmara dos Deputados.

O projeto ainda estabelece que, durante o período de transição, a empresa que optar por recolher pelo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) deverá se comprometer a manter em seus quadros funcionais, ao longo de cada ano-calendário, quantitativo médio de empregados igual ou superior a 75% do verificado na média do ano-calendário imediatamente anterior. O percentual foi alcançado em uma negociação entre o senador Castellar Neto (PP-MG) e o relator.

A questão da reoneração da folha de pagamento chegou a ser judicializada pelo governo. O Supremo Tribunal Federal deu prazo até 11 de setembro para que o Congresso Nacional e o Executivo buscassem um acordo sobre a desoneração. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, acompanhou a votação da matéria no Plenário do Senado.

O presidente da casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), elogiou o acordo em torno do projeto. Ele disse que, se o conjunto de medidas de compensação não for suficiente, o Senado não se furtará a rever sua posição, de modo a favorecer outras medidas que colaborem para o equilíbrio fiscal.

Para Pacheco, a desoneração tem um viés social, já que, ressaltou ele, os 17 setores beneficiados são os que mais geram empregos no país. Ele parabenizou o relator e o autor da matéria.

Comissão do Senado aprova projeto que altera a Lei da Ficha Limpa; saiba o que muda.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nessa quarta-feira (21) um projeto de lei que reduz o prazo de inelegibilidade definido pela Lei da Ficha Limpa. O texto é um dos projetos que faz parte da chamada "minirreforma eleitoral" e é relatado pelo senador Weverton Rocha (PDT-MA), que deu parecer favorável. A votação aconteceu de forma simbólica, sem registro nominal dos votantes. Senadores que vão do PL ao PT discursaram favoráveis ao texto durante a reunião da CCJ.

De acordo com a iniciativa, o período de inelegibilidade continua sendo de oito anos, mas começa a ser contado a partir da condenação, e não mais após o cumprimento da pena, o que diminuiria o período longe das urnas.

Na mesma sessão, a CCJ aprovou um requerimento de urgência para fazer com que o texto seja votado diretamente em plenário. A solicitação ainda precisa ser analisada pelo Senado. Caso não haja mudanças no texto na fase de análise pelo plenário, a iniciativa passa para a sanção ou veto presidencial.

O relator manteve o texto aprovado pela Câmara no ano passado e só fez ajustes de redação, sem alterar o mérito. A análise acontece uma semana depois de o Senado aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Anistia.

"A legislação de vigência enseja, portanto, períodos diferentes de inelegibilidade, a depender do momento da perda do mandato. Pode ocorrer de um parlamentar cassado pela respectiva Casa Legislativa tornar-se por isso inelegível durante o prazo de 8 anos ou até mesmo por 15 anos, a depender do caso", justifica Weverton em seu relatório.

Veja os principais pontos:

O projeto reduz a duração de inelegibilidade ao antecipar a contagem. Esse prazo continua sendo de oito anos, mas passaria a ser contado a partir do momento da condenação e não depois do cumprimento da pena.

A iniciativa também estabelece um teto de 12 anos para o período de inelegibilidade.

A iniciativa ainda determina que é preciso comprovar o dolo quando o político comete atos de improbidade.

O texto também amplia de quatro para seis meses o período de desincompatibilização de candidatos que são integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, militares e policiais.

As mudanças têm o potencial de beneficiar o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que é pai da deputada Dani Cunha (União-RJ), autora do projeto. Também seriam afetados os ex-governadores Anthony Garotinho (RJ), José Roberto Arruda (DF) e Paulo Maluf (SP), de acordo com advogados eleitorais e especialistas da área consultados. No caso de Garotinho, ele é candidato a vereador nas eleições deste ano e já teve a elegibilidade de volta após decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin.

Hoje, políticos enquadrados por crimes comuns ficam inelegíveis durante o cumprimento da pena e por mais oito anos seguintes. Além de determinar a antecipação da contagem desse prazo, o projeto limita a 12 anos o prazo máximo que a sanção pode ser aplicada, mesmo nos casos em que houver mais de uma condenação.

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Projeto reduz prazo de inelegibilidade de políticos.

O projeto é criticado por setores da sociedade. A Associação Brasileira de Eleitoralistas, que tem entre seus membros o advogado Marlon Reis, um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, divulgou nota em que avalia que o texto "atenta contra a soberania popular, contraria o interesse público e serve apenas para dar livre acesso à candidatura a cargos eletivos a indivíduos que deveriam estar fora do processo político".

"A inelegibilidade por oito anos incidiria apenas após a condenação por órgão colegiado. Dessa forma, o projeto reduz drasticamente o prazo de inelegibilidade de condenados por crimes gravíssimos – como homicídios, estupros, tráfico de drogas, organização criminosa, entre outros crimes hediondos. Em alguns casos, indivíduos condenados por tais crimes nem mesmo ficariam inelegíveis, pois ao contar o prazo de 8 anos da condenação por órgão colegiado, e não do término da pena, esses indivíduos, ao término da pena, já teriam cumprido o prazo de inelegibilidade", se queixa a associação.

O relator respondeu as críticas logo após o projeto ser aprovado pela CCJ.

"Esse projeto que acabou de ser aprovado corrige uma pequena distorção de um projeto que nós aprovamos chamado Lei da Ficha Limpa lá atrás. Inclusive Marlon Reis, que é ex-juiz e hoje está na advocacia, lutou, foi o protagonista desse projeto e todos estivemos aqui apoiando ele (Lei da Ficha Limpa) e somos submetidos a ele, tanto que para estar aqui no mandato, para ser candidato, tem que ser Ficha Limpa", disse o pedetista.

"Às vezes por um erro técnico, da administração, porque quem paga o erro não é contador, não é o advogado, é o ex-prefeito, é o ex-gestor, ele, muita das vezes por uma prestação de contas errada, é condenado em órgão colegiado simplesmente à morte cívica e política dele e isso não dá. É hipocrisia falar em pena perpétua para quem cometeu qualquer tipo de erro no Brasil", continuou Weverton.

A RÁDIO PAMPA OBTEVE,
EM JULHO, MAIS DE
1 MILHÃO
DE INTERAÇÕES NO FACEBOOK.
OBRIGADO POR NOS
ACOMPANHAR TODOS OS DIAS!
RÁDIO PAMPA
97,5 FM | 88,3 FM
Fonte: Etus / Julho 2024
Número Exato: 1.002.955

Desvio de R$ 15 milhões: Polícia Federal prende dois suspeitos de invasão do sistema de pagamentos do governo federal.

A Polícia Federal (PF) prendeu nessa quarta-feira (21) dois suspeitos de participarem de uma invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que realiza o processamento, o controle e a execução financeira, patrimonial e contábil do governo federal brasileiro. Até o momento, foram identificados furtos no montante de aproximadamente R$ 15 milhões pela plataforma, havendo ainda a detecção de tentativas de desvio de mais de R$ 50 milhões.

De acordo com a PF, a ação visa desarticular organização criminosa especializada e fraudes eletrônicas e no furto de recursos públicos por meio do Siafi, utilizado por diversos órgãos governamentais.

Foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão, além de três mandados de prisão temporária em Minas Gerais, na Bahia, no Rio, em São Paulo e no Distrito Federal.

A investigação, iniciada após a identificação de desvios de recursos públicos por meio de pagamentos indevidos, revelou um esquema de alta complexidade que incluía a realização de acessos indevidos ao Siafi, mediante a utilização de credenciais falsas de ordenadores de despesas.

Divulgação/PF

A PF informou ainda que as investigações continuarão até a completa desarticulação da organização criminosa.

"A organização criminosa utilizava técnicas avançadas de invasão cibernética, incluindo campanhas de phishing, por meio do envio de mensagens do tipo SMS com links maliciosos que captavam os dados dos destinatários, e emissão fraudulenta de certificados digitais, para obter acesso a contas e autorizar pagamentos indevidos", informou a PF.

Além disso, para poder receber os valores desviados, o grupo criminoso também se utilizava de contas de intermediários, conhecidos como "laranjas", que eram posteriormente ocultados através de instituições de pagamento e exchanges, empresas que atuam como corretoras de criptoativos.

Diante dos fatos, os investigados poderão responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático, furto qualificado mediante fraude, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O nome da operação, Gold Digger, faz alusão ao termo em inglês que literalmente significa "escavador de ouro" ou "minerador", refletindo o caráter meticuloso e persistente das violações na extração ilícita de grandes quantias de dinheiro público.

Além disso, o termo possui um sentido pejorativo, utilizado para descrever pessoas que se associam a outras com o objetivo de obter vantagens financeiras, o que reflete o modus operandi dos envolvidos, que buscam se aproveitar dos recursos públicos para lucro próprio.

A PF informou ainda que as investigações continuarão até a completa desarticulação da organização criminosa e a responsabilização de seus integrantes.

Governador do Tocantins é alvo da Polícia Federal por suspeita de desvio de cestas básicas na pandemia.

PF/Divulgação

No total, foram cumpridos 42 mandados de busca e apreensão no Estado.

O governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa (Republicanos), e familiares foram alvos de mandados de busca e apreensão durante uma operação realizada pela Polícia Federal (PF) na manhã dessa quarta-feira (21). A PF investiga supostos desvios de recursos públicos na distribuição de cestas básicas durante a pandemia de Covid-19. Wanderlei era vice-governador na época do suposto esquema, entre 2020 e 2021.

No total, foram cumpridos 42 mandados de busca e apreensão e outras medidas cautelares patrimoniais no Estado. Entre os alvos, estão políticos e empresários. A ação foi batizada de Fames-19. A primeira-dama, Karynne Sotero, secretária extradordinária de Participações Sociais no governo do Tocantins, e os filhos do governador, o deputado estadual Léo Barbosa (Republicanos) e Rérison Castro, atual superintendente do Sebrae Tocantins, também foram alvos das buscas.

Segundo a PF, há fortes indícios da existência de um esquema montado entre os anos de 2020 e 2021, utilizando-se do estado de emergência em saúde pública e assistência social para a contratação de empresas previamente selecionadas para o fornecimento de cestas básicas.

Conforme a PF, o objetivo da operação desta quarta é "aprofundar investigações relacionadas ao desvio de recursos públicos da Covid-19 utilizados para o pagamento a empresas contratadas para o fornecimento de cestas básicas". Os inquéritos tramitam sob sigilo no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O governo do Tocantins divulgou uma sobre a operação. "O governo do Estado do Tocantins informa que colabora com a Polícia Federal no cumprimento dos mandados de busca e apreensão realizados na manhã desta quarta-feira, 21, referente à Operação Fames-19, que investiga supostos desvios na compra de cestas básicas nos anos de 2020 a 2021. É do interesse do governo do Estado que tais fatos sejam devidamente esclarecidos", diz a nota.

Karynne Sotero, primeira-dama e secretária extraordinária de Participações Sociais, afirmou em nota "recebeu com espanto e perplexidade a notícia de que é alvo de busca e apreensão". Wanderlei Barbosa afirmou que, na época, não dava ordens sobre nenhuma despesa relacionada à distribuição das cestas.

O deputado estadual Léo Barbosa (Republicanos) disse que prestou os esclarecimentos necessários à polícia e que não imaginava que "o consórcio informal de R$ 5 mil poderia gerar tamanho transtorno". Rérison Barbosa disse que na época era presidente da Agência Estadual de Metrologia e nunca teve relação com aquisição, licitação ou distribuição de cestas básicas. Ele ainda informou que sua única relação neste processo é um consórcio informal. Entre os outros alvos da operação estão políticos e empresários.

Ex-deputada federal Flordelis tem pena de prisão reduzida após aprovação em exame.

A Justiça do Rio de Janeiro autorizou a remição de pena da ex-deputada federal Flordelis, condenada a 50 anos e 28 dias de prisão em regime fechado por participação no homicídio do marido, o pastor Anderson do Carmo, em junho de 2019.

A decisão assinada pelo juiz Renan de Freitas Ongaratto autoriza a remição de 177 dias na pena de Flordelis. Ela obteve esse benefício após participar de cursos, realizar a leitura de livros e ser aprovada Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Brunno Dantas/TJRJ

Flordelis foi condenada a 50 anos de prisão pelo homicídio do marido, o pastor Anderson do Carmo.

"Pelo exposto, com base no art. 126, §1º e §5º, da LEP e o parágrafo único do art. 3º da Resolução 391 de 10/05/2021 do Conselho Nacional de Justiça, esclareço que devem ser remidos 177 (cento e setenta e sete) dias do total da pena do apenado, relativos à aprovação no Encceja acrescida de 1/3 pela conclusão do ensino fundamental", afirma o documento.

Conforme explicitado pelo juiz, a remição da pena da condenada está prevista no art. 3º da Resolução 391 de 10/05/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

"O reconhecimento do direito à remição de pena pela participação em atividades de educação escolar considerará o número de horas correspondente à efetiva participação da pessoa privada de liberdade nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento, exceto, quanto ao último aspecto, quando a pessoa tiver sido autorizada a estudar fora da unidade de privação de liberdade, hipótese em que terá de comprovar, mensalmente, por meio da autoridade educacional competente, a frequência e o aproveitamento escolar".

Caso

A ex-parlamentar foi condenada a 50 anos e 28 dias, em novembro de 2022, pelo homicídio de Anderson do Carmo, junto de sua filha, Simone dos Santos Rodrigues. O assassinato aconteceu em junho de 2019.

A pastora foi sentenciada por homicídio triplamente qualificado - motivo torpe, emprego de meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima -, tentativa de homicídio duplamente qualificado, uso de documento falso e associação criminosa armada em regime fechado. Já Simone recebeu uma pena de 31 anos, quatro meses e 20 dias de prisão por homicídio triplamente qualificado, tentativa de homicídio duplamente qualificado e associação criminosa armada.

Ao todo, foram oito réus condenados pela participação no crime. Entre eles, estão filhos biológicos, adotivos e netos de Flordelis e um ex-policial militar. Em abril de 2024, a Justiça determinou que dois filhos e a neta da ex-deputada passassem por um novo julgamento.

O SUL

Mercado

TAXA DE CÂMBIO

Moedas	Compra	Venda
Dólar Comercial	5,48	5,481
Dólar Turismo	5,51	5,69
Peso Argentino	0,0058	0,0058
Euro		

Atualizado em: 21/08/2024 / Fechamento: 23h / Dados: Infomoney

SALÁRIO MÍNIMO

Nacional	Regional - Rio Grande do Sul	
R$ 1.412,00	Menor faixa: R$ 1.573,89	Maior faixa: R$ 1.994,56

Dados:Gov RS

INVESTIMENTOS

Bolsa de Valores	Pontuação	Variação
Ibovespa	136.464pts	+0.27%

Atualizado em 21/08/2024 Fechamento: 18h / Dados: Infomoney

Valor Taxa Selic 2024	

Variação Semestral Atualizada em 21/08/2024 / Dados: Banco Central do Brasil

INDICADORES DA INFLAÇÃO

MÊS	IPCA	IGP-M	INPC
AGO/2023	0,23	-0,14	0,20
SET/2023	0,26	0,37	0,11
OUT/2023	0,24	0,50	0,12
NOV/2023	0,28	0,59	0,10
DEZ/2023	0,56	0,74	0,55
JAN/2024	0,42	0,07	0,57
FEV/2024	0,83	-0,52	0,81
MAR/2024	0,16	-0,47	0,19
ABR/2024	0,38	0,31	0,37
MAI/2024	0,46	0,89	0,46
JUN/2024	0,21	0,81	0,25
JUL/2024	0,38	0,61	0,26
EM 2024	2,87	1,70	2,95
12 MESES	4,50	3,81	4,06

Dados: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. FGV – Fundação Getulio Vargas.

COTAÇÕES - AGRONEGÓCIO

Pecuária	Unidade	21/08 (SEMANA ATUAL)	14/08 (SEMANA ANTERIOR)	21/07 (MÊS ANTERIOR)
Boi	1kg vivo	R$ 8.95	R$ 8.85	R$ 8.55
Vaca	1kg vivo	R$ 7.80	R$ 7.75	R$ 7.60
Suíno	1kg vivo	R$ 7,96	R$ 7,53	R$ 7,09
Cordeiro	1kg vivo	R$ 10,00	R$ 10,00	R$ 9,50
Agricultura	**Unidade**	**21/08** (SEMANA ATUAL)	**14/08** (SEMANA ANTERIOR)	**21/07** (MÊS ANTERIOR)
Soja	60kg	R$ 124,05	R$ 126,38	R$ 130,45
Arroz	50kg	R$ 117,25	R$ 117,83	R$ 115,23
Feijão	60kg	R$ 250,00	R$ 230,00	R$ 230,00
Milho	60kg	R$ 59,69	R$ 59,22	R$ 57,24
Trigo	1Ton	R$ 1.434,58	R$ 1.432,80	R$ 1.440,33

Atualizado em: 21/08/2024 / Dados: Canal Rural | CEPEA | Scot Consultoria | Portal Brasil.

O ministro de Minas e Energia critica a Agência Nacional de Energia Elétrica por causa de "inércia".

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Recentemente, Alexandre Silveira disse que existe "um boicote ao governo" por parte das agências reguladoras.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, enviou um ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em que acusa o órgão regulador de "inércia" na análise de medidas relacionadas ao setor e ameaça a adoção de "providências" caso a situação persista. O ministério chega afirmar que o poderá "intervir".

A Aneel informou apenas que responderá ao Ministério de Minas e Energia (MME) no prazo de cinco dias. O MME, por sua vez, disse que não iria comentar o assunto.

No documento encaminhado ao diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, Silveira diz que há uma "crônica omissão" por parte da agência para cumprir prazos determinados que podem prejudicar o setor elétrico. O ministro dá um prazo de cinco dias para respostas do órgão.

Silveira reclama do que considera atraso na homologação da nova governança da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e na divulgação de impacto tarifário percebido por consumidores da antecipação do pagamento de um empréstimo. Também se queixa de uma suposta demora na publicação de contratos e sobre a ação da Aneel na política de compartilhamento de postes — nesse ponto, a Aneel decidiu extinguir o processo que tratava da regulação do assunto, que vinha sendo formulado junto com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

"A persistência desse estado de coisas impelirá este Ministério a intervir, adotando providências para a apurar a situação de alongada inércia da Diretoria no enfrentamento de atrasos que lamentavelmente tem caracterizado a atual conjuntura, traduzindo quadro de insustentável gravidade, que prenuncia o comprometimento de políticas públicas e pode, inclusive, implicar responsabilização dessa Diretoria", diz o ofício.

Além disso, outro ponto que desagradou ao comandante da pasta de Minas e Energia foi a exposição pública de divergências entre diretores da Aneel. Em agosto do ano passado, dois diretores se retiraram de uma reunião após discordarem da indicação de um procurador pela Advocacia-Geral da União. Em abril deste ano, outro episódio expôs publicamente o racha na agência, quando diretores reclamaram de uma declaração do diretor-geral sobre o congelamento das tarifas do Amapá.

A insatisfação de Silveira com agências sob o guarda-chuva de sua pasta também já foi tornada pública. Em audiência na Câmara dos Deputados na última semana, Silveira disse que existe "um boicote ao governo" por parte das agências reguladoras.

"O povo brasileiro está pagando muito caro pela literal cooptação inadequada das agências reguladoras", completou o ministro na ocasião.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva também já deixou claro o seu descontentamento com as reguladoras.

"As agências reguladoras, que foram criadas para regular, quem decide as políticas públicas é o governo, quem regula é a agência. Elas foram tomadas pelo mercado e pelos empresários. Então, nós temos que refazer as coisas e colocar um pouco de ordem", disse Lula em entrevista à Rádio T na última sexta-feira (16).

Senadores querem cortar itens da cesta básica.

Novos cálculos da equipe econômica apontam que a alíquota-padrão do imposto sobre consumo previsto na Reforma Tributária deve ficar próxima de 28%, após alterações feitas no projeto durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Os parlamentares aumentaram a lista de itens que terão isenção ou redução do percentual cobrado.

Caso a previsão se confirme, o País teria o maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo, à frente da Hungria, que tem taxa de 27%, a maior entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os cálculos finais da Fazenda estão sendo fechados e devem ser divulgados junto com a tramitação do texto no Senado. Antes, as previsões do governo mantinham a alíquota-padrão de referência no patamar de 26,5%.

Entre os itens que mais pesam para o aumento do tributo, estão a inclusão de carnes e queijos na cesta básica, a ampliação da alíquota reduzida em 60% para todos os medicamentos e o aumento de benefício tributário ao mercado imobiliário.

A tramitação da regulamentação no Senado está parada, aguardando o governo retirar a urgência constitucional do projeto. Os senadores querem que a análise ocorra com mais calma, e a votação em plenário seja apenas depois das eleições municipais, em outubro.

O primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da Reforma Tributária — que será usado para fechar a alíquota-padrão — foi aprovada na Câmara dos Deputados no início de julho. O relator no Senado é Eduardo Braga (MDB-AM), que ainda não foi oficializado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou a Braga a retirada da urgência, mas até agora não o fez.

"Parece que ajustaram o entendimento de que essa reforma não tem condição de ser votada em período eleitoral", disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Temos que ser mais justos para ter a menor alíquota possível. Vai ser o exercício do possível, e não do desejável. O desejável seria 20%, 19%. Mas vamos fazer o possível."

Os senadores querem rever, por exemplo, parte dos benefícios tributários ampliados a setores em votação na Câmara dos Deputados e o aumento de itens na cesta básica.

"Aumentar a alíquota não tem condições, temos que tentar reduzir. Alguns setores que estão sendo beneficiados, vamos ter que olhar isso aí", afirmou o senador Omar Aziz (PSD-AM).

Carnes e queijos

Com base em calculadora criada pelo Banco Mundial, para tentar simular o efeito de cada mudança em relação ao projeto original do governo, o jornal O Globo calcula que a nova alíquota poderá chegar a 27,9%. O cálculo inclui carnes bovinas, suínas e de aves, assim como queijos e sal, medicamentos e farinhas. O valor não inclui o aumento da renúncia tributária para construção civil, que terá importante peso na alta da taxa.

Senadores avaliam, por exemplo, retirar cortes nobres de carnes bovinas da cesta básica, como forma de reduzir essa alíquota. Porém, técnicos da Fazenda ponderam que a divisão por cortes de carnes é inviável e poderia, inclusive, facilitar fraudes em frigoríficos e açougues.

Divulgação

Parlamentares avaliam retirar cortes nobres de carne bovina, mas técnicos da Fazenda consideram proposta inviável.

Apesar da iniciativa para diminuir a alíquota-padrão de IVA, os senadores terão de lidar com pressão de setores querendo mais benefícios.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima um aumento na alíquota padrão para 28%, com as modificações da Câmara.

"A nossa estimativa também está no mesmo nível. Não há dúvida de que as alterações aumentarão significativamente a alíquota. A CNI sempre se manifestou contrária às exceções, mas a política levou a isso, não teria viabilidade sem as exceções", disse o superintendente de Economia da CNI, Mário Sergio Telles.

A instituição, porém, defende que o Imposto Seletivo sobre mineração fique em zero, o que também poderia impactar a alíquota-padrão. Para a CNI, o tributo seletivo não deveria existir na extração de minérios, já que o mineral é insumo utilizado na indústria para diversas atividades produtivas, gerando cumulatividade.

O setor de mineração também conseguiu uma concessão por parte dos deputados. A regulamentação estabelece que a cobrança de Imposto Seletivo para extração de minérios será fixada em uma alíquota de 0,25%. Antes esse valor poderia chegar a até 1%, o que representa uma perda na previsão de arrecadação.

Como forma de tentar minimizar o efeito de acréscimo de mais itens na cesta básica, além dos aumentos dos benefícios para setores como o mercado imobiliário e mineral, os deputados incluíram as bets, empresas de apostas on-line, no Imposto Seletivo. Aliados de Haddad, porém, avaliam que a arrecadação do setor ainda é incerta e não deve compensar a alta renúncia com as exceções.

Ministro da Fazenda defende pente-fino em benefício do INSS e diz que esta medida não pode ser tratada como "corte" de despesas.

Sob pressão do mercado para o corte de gastos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem a correção de programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e disse que o governo está colocando "o dedo na ferida para corrigir essas distorções". Segundo o ministro, sem controle essas políticas públicas perdem o sentido. As declarações foram feitas, em São Paulo, em evento promovido pelo banco BTG Pactual.

Segundo Haddad, o governo está analisando cada rubrica de despesas para avaliar o seu comportamento e trajetória. "Estamos fazendo um ajuste no BPC agora, nessa mesma direção, de corrigir distorções. Isso não pode ser chamado de corte. Você corrigir uma distorção de um programa social que você está vendo que está errado, que está atingindo um público que não é o objetivo central do legislador, você tem de fazer a correção devida. Então, essas correções estão sendo feitas", afirmou.

Para o ministro, ninguém pode ser contra ter um "programa transparente", com verificação mês a mês das condições de elegibilidade. "Porque, senão, você vai perdendo o controle da situação. E o programa vai perdendo o seu sentido de corrigir desigualdades", disse.

O governo anunciou um pente-fino nas operações do BPC, pago a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência. Como mostrou o jornal O Estado de S. Paulo, a média mensal de novos pedidos aumentou 40% nos seis primeiros meses deste ano em comparação com 2023. Já os gastos acumulados nos 12 últimos meses até maio chegaram a R$ 103 bilhões.

Haddad avaliou que o País está em um momento particularmente favorável para fazer esse tipo de ajuste nos programas sociais. Ele afirmou ainda que havia antes "um truque" para represar benefícios previdenciários, que geravam precatórios.

"Esse truque valia a pena, porque você não pagava o benefício e o precatório ia entrar ali depois de dois anos na contabilidade. Com um detalhe, não entrava necessariamente na regra fiscal, porque você pagava extrateto. Você deixava de pagar uma despesa primária e ia pagar uma despesa depois de dois anos que não ia entrar na contabilidade oficial do cumprimento do teto de gasto por conta da PEC dos Precatórios. Parece um bom negócio, mas é um péssimo negócio para o País", declarou.

Fiscal

Haddad afirmou que o resultado fiscal de 2024 será muito melhor do que o do ano passado e que há muitos setores com potencial para se desenvolver e impulsionar o crescimento econômico.

"Estamos tirando o pé do fiscal. Neste ano, não tem como não ser muito melhor do que o ano passado, não tem como. E, aconteça o que acontecer, o ano que vem vai ser melhor do que este ano. Estou acompanhando os dados. Estamos tirando o estímulo fiscal de maneira organizada, sensata, sem prejudicar os pobres. Não vejo nenhum diagnóstico que aponte um erro grave na condução dessa questão", afirmou.

Ele afirmou que a questão fiscal, que preocupa a Fazenda, é importante, mas que é preciso olhar para o todo. O ministro disse que o conjunto de medidas tomado pelo governo melhorou o ambiente de crédito e há espaço para mais. Ele também destacou a importância da construção civil para a economia, com a geração de empregos e renda, e o potencial do mercado de seguros diante da crise climática, que depende de aprovação de projetos no Congresso.

"Veja o que aconteceu no Rio Grande do Sul também. Todo mundo dizia que seria uma década perdida e o discurso acabou em dois meses", disse ele, citando a melhora na arrecadação do Estado no primeiro semestre, a produção industrial e o estancamento das demissões. Haddad também destacou o potencial do País no agronegócio. "Hoje nós não somos só o celeiro do mundo, nós somos o supermercado do mundo", afirmou o ministro.

Fazenda/Divulgação

Haddad avaliou que o País está em um momento particularmente favorável para fazer esse tipo de ajuste nos programas sociais.

Governo prepara empréstimo pelo celular com garantia do FGTS.

O governo federal está preparando uma proposta em que um novo empréstimo consignado, com uso do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia, poderá ser liberado pelo celular.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a proposta ainda está sendo construída e precisa passar pelo Congresso. "A ideia é acabar com o saque-aniversário e propor um consignado, usando a plataforma do FGTS Digital. Ainda não temos mais informações, porque está sendo fechado o projeto", informou em nota.

A ideia é propor um consignado privado onde várias instituições financeiras podem oferecer recursos, sem interferência do empregador. A vantagem é que o interessado poderá escolher o banco que oferecer as melhores condições. As etapas da operação de crédito entre bancos e empresas serão realizadas via e-Social, já usado pelos empregadores para fazer o recolhimento de encargos trabalhistas.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, estuda propor transição de um ano entre a nova modalidade de consignado pela plataforma FGTS Digital e a antecipação do saque-aniversário do FGTS. "O FGTS é uma poupança individual do trabalhador para protegê-lo do infortúnio do desemprego ou, nestes casos, de doenças graves e em situações de calamidade. Porém, o trabalhador não se dá conta dos graves impactos que o saque-aniversário pode provocar na sua vida", ressaltou o ministro, em nota.

Segundo Marinho, há mais de 8 milhões de trabalhadores no País que foram demitidos e não conseguem sacar o saldo do FGTS. Isso porque esses trabalhadores fizeram uso do saque-aniversário, e, segundo a lei, o saldo fica retido por dois anos.

"Uma crueldade com o trabalhador que opta pelo saque-aniversário. É uma excrescência essa regra da lei, e eu quero corrigir isso", disse Marinho. Segundo ele, o FGTS foi criado para substituir a estabilidade no emprego, além de financiar habitação e saneamento.

Mário Avelino, presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT), disse que concorda com a proposta do ministro e que o consignado virou mais uma fonte para os bancos, sem tirar o mérito deles.

Reprodução

Governo quer mudar do saque-aniversário para consignado com saldo do FGTS como garantia.

"Essa proposta terá resistência dos bancos e do Congresso. Mas a proposição é louvável, apesar de ainda não se ter muitos detalhes do projeto", afirmou.

Entenda

Pela proposta em estudo, a modalidade de crédito consignado pela plataforma FGTS Digital e a antecipação do saque-aniversário do FGTS coexistiriam durante esse período de 12 meses.

Depois, a ideia é que a antecipação do saque-aniversário do FGTS acabe e só permaneça a modalidade de consignado oferecido ao trabalhador celetista pela plataforma, podendo ser solicitado pelo celular, por exemplo. O fim do saque-aniversário precisa passar pelo Congresso.

A intenção é que a transição ajude a vencer a resistência de bancos, que veem na antecipação do saque-aniversário do FGTS uma modalidade atrativa, e também a da equipe econômica, que receia que o fim desse tipo de empréstimo possa impactar negativamente o mercado de crédito do País.

No final de julho, Marinho afirmou que enviaria ao Congresso, "nas próximas semanas", o projeto do fim do saque-aniversário e que, para facilitar a aprovação no Congresso, liberaria "o crédito consignado para a iniciativa privada".

A mudança na regra do consignado, que permitiu a trabalhadores com carteira assinada pedir empréstimo pelo sistema da Carteira de Trabalho Digital, foi aprovada pelo Conselho Curador do FGTS em junho.

Bolsa brasileira tem recorde pelo terceiro dia seguido; dólar tem leve recuo.

O Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, a B3, encerrou em alta nessa quarta-feira (21), marcando o terceiro dia seguido de recorde. O Ibovespa encerrou o dia em alta de 0,28%, cravando os 136.463 pontos. Na última sessão, o índice também havia quebrado recorde anterior pela segunda sessão seguida com alta de 0,23%, aos 136.087 pontos.

Já o dólar encerrou em leve queda de 0,07%, cotado a R$ 5,4823. No começo das negociações, a moeda registrou leve queda frente ao real, devolvendo alguns de seus ganhos da véspera. Na terça-feira (20), o dólar à vista fechou em alta de 1,34%, cotado a R$ 5,486.

Na sessão, investidores se voltaram para o exterior a fim de avaliar dados revisados de emprego nos Estados Unidos e a ata da reunião de julho do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), enquanto o dólar tem leve oscilação, com a baixa variação no exterior.

O Fed divulgou a ata de sua mais recente reunião de política monetária, em que decidiu manter os juros na faixa de 5,25% a 5,50%. Nela, as autoridades sinalizaram a possibilidade de um corte na taxa em setembro.

"Por aqui, a ata não mexeu com o Ibovespa, que já vinha em alta, e também não trouxe nenhuma novidade que fosse suficiente para alterar os ânimos do mercado. Agora o mercado fica mesmo mais atento em relação à fala de Powell no evento Jackson Hole, na próxima sexta, em que ele pode trazer possíveis indicações em relação à queda de juros nos EUA", avaliou o economista Fabio Louzada, planejador financeiro CFP e fundador da Eu me banco.

Mais cedo, o Departamento do Trabalho informou que os EUA criou menos empregos no ano até março de 2024 do que o divulgado anteriormente, o que pode reacender algumas das preocupações dos mercados globais sobre uma desaceleração agressiva na maior economia do mundo.

"Sabemos que foi um ano de crescimento econômico sólido, que os resultados das empresas foram bons e que a economia cresceu em um bom ritmo no ano que terminou em março", explicou Adam Button, analista-chefe de câmbio da ForexLive.

Reprodução

O Ibovespa encerrou o dia em alta de 0,28%.

"Talvez o emprego esteja um pouco mais fraco, mas isso não nos diz nada sobre a tendência no momento", acrescentou.

As apostas de um corte na taxa de juros do Fed em sua reunião de 17 e 18 de setembro foram pouco alteradas após a divulgação do relatório. Operadores estão precificando uma probabilidade de 33% de um corte de 50 pontos-base e uma chance de 67% de uma redução de 25 pontos-base, de acordo com a ferramenta FedWatch da CME.

"Ficou mais fácil para o Fed cortar os juros agora e até o final do ano, mas não acho que reforce muito a hipótese de 50 pontos-base", disse Button.

Operadores se concentrarão nos comentários do chair do Fed, Jerome Powell, na sexta-feira, no simpósio econômico de Jackson Hole, para obter novas pistas sobre sua visão do mercado de trabalho e se ele fará referência aos dados desta quarta-feira.

Os mercados estão buscando clareza sobre o tamanho de um corte de juros no próximo mês e nos subsequentes. Também estava no radar o desempenho dos preços de commodities, em meio à piora das perspectivas para a economia da China, o que pode impactar ativos de países exportadores de matérias-primas, como o Brasil.

Brasil ganhou 1,5 milhão de trabalhadores no mercado formal atuando como MEI em 2022.

Em 2022, 18,8% das pessoas trabalhando formalmente no País atuavam como microempreendedores individuais (MEIs). O contingente de MEIs correspondia a 14,6 milhões de profissionais ocupados em condições formais no mercado de trabalho. Os dados são do estudo Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais 2022, divulgados nessa quarta-feira (21), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O número de microempreendedores individuais cresceu 11,45% em relação a 2021, 1,5 milhão de trabalhadores a mais, mas sua participação no total da população ocupada formal ficou ligeiramente menor do que o patamar de 19,1% registrado naquele ano. Aumentou o número de MEIs no mercado de trabalho, mas aumentou ainda mais o número de trabalhadores atuando em ocupações formais, segundo o pesquisador Thiego Ferreira, responsável pelo estudo do IBGE.

Na passagem de 2021 para 2022, avançou também o número de MEIs que eram empregadores, aqueles que possuíam um funcionário: de 104,1 mil para 133,8 mil no período.

Sete em cada dez MEIs ativos (69,4%) tinham aderido à modalidade nos últimos cinco anos. Quase metade dos MEIs (48,6%) tinha se filiado apenas nos últimos três anos. Em 2022, 18,1% dos MEIs tinham somente até 1 ano de filiação.

Entradas e saídas

Em 2022, o saldo positivo de 1,5 milhão de MEIs foi decorrente de 2,664 milhões de novas adesões (2,626 milhões de aberturas de CNPJs nessa modalidade e mais 39 mil CNPJs préexistentes que migraram para o MEI) e 1,173 milhão de saídas (929 mil CNPJs com atividade encerrada e mais 244 mil CNPJs com migração para outro tipo de regime).

Dos 2,6 milhões de trabalhadores que aderiram ao MEI em 2022, 1,7 milhão vinham de um desligamento prévio de emprego formal no mercado de trabalho. Desse contingente, 60,7% foram demitidos involuntariamente, por decisão do empregador ou por justa causa.

"A gente identifica que a maioria dos MEIs acaba sendo de empreendedores por necessidade", confirmou Ferreira.

Houve um avanço também no número de pessoas atuando concomitantemente como microempreendedores individuais e como ocupados com vínculo empregatício: essa fatia que conciliava os dois tipos de trabalho aumentou de 2 milhões de pessoas em 2021, o equivalente a 15% dos MEIs ativos naquele ano, para 2,5 milhões em 2022, 17,3% dos MEIs existentes.

José Cruz/Agência Brasil

Maioria adere à modalidade por necessidade.

O IBGE verificou ainda a incidência de microempreendedores inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) do governo, que reúne dados de famílias brasileiras de baixa renda para eventual inclusão em programas sociais. Dos MEIs ativos, 4,1 milhões (28,4%) estavam presentes no CadÚnico, sendo 2,1 milhões deles beneficiários do Auxílio Brasil/Bolsa Família.

Perfil do MEI

Quanto ao perfil dos microempreendedores, 53,6% eram homens e 46,4%, mulheres. Na média, os MEIs tinham 40,8 anos de idade, e 38,0% trabalhavam em casa.

Mais da metade dos MEIs atuavam no setor de Serviços (51,5%), e outros 28,2% trabalhavam no Comércio. A Construção reunia 9,4% dos MEIs existentes, mas eles respondiam por 31,4% de todos os ocupados existentes no setor.

O Estado de São Paulo concentrava 4 milhões de MEIs (27,4% do total nacional), seguido por Rio de Janeiro (1,6 milhão, ou 11,3% do total) e Minas Gerais (1,6 milhão, ou 11,0%).

O Rio de Janeiro tinha a maior proporção de ocupados formais atuando como MEIs, 24,5%, seguido pelo Espírito Santo (23,4%). As menores participações dessa modalidade de trabalho na ocupação formal ocorreram no Acre (13,0%), Maranhão (14,0%) e Amapá (14,0%).

O que é o trabalho intermitente? Veja o que diz a CLT.

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou, nessa quarta-feira (21), a retomada do julgamento sobre a constitucionalidade do contrato de trabalho intermitente, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela reforma trabalhista de 2017.

Mas o que é o trabalho intermitente? Veja a seguir perguntas e respostas:

Como funciona

Na modalidade, o trabalhador recebe por horas ou dias trabalhados. O trabalho é realizado de forma esporádica, quando o empregador convoca o trabalhador. O contrato prevê períodos alternados de prestação de serviços e de inatividade, quando o empregado pode trabalhar para outras empresas.

De acordo com a CLT, o empregador deve convocar o trabalhador intermitente com pelo menos 3 dias de antecedência e o empregado tem o prazo de um dia útil para responder se aceita ou recusa o trabalho. A recusa não anula o contrato.

Agência Brasil

Supremo adiou a retomada do julgamento sobre o trabalho intermitente.

Se o trabalhador aceitar a oferta de trabalho e, sem uma justificativa adequada, não comparecer para trabalhar, ele será obrigado a pagar ao empregador uma multa correspondente a 50% da remuneração que ele receberia se tivesse trabalhado.

Direitos

Além do salário, esse trabalhador, que tem registro em carteira, recebe férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e décimo terceiro salário de forma proporcional ao período trabalhado. O pagamento é feito imediatamente ao final de cada período de prestação de serviço.

Além disso, a cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses subsequentes, um mês de férias, período em não poderá ser convocado para prestar serviços para o mesmo empregador.

Pagamento

O valor da hora de trabalho é definido no contrato e não pode ser inferior ao salário mínimo por hora ou à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função.

Julgamento

A legalidade do contrato de trabalho intermitente foi questionada pela Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Para as entidades, o modelo favorece a precarização da relação de emprego e o pagamento de remunerações abaixo do salário mínimo, além de impedir a organização coletiva dos trabalhadores.

Caixa tem lucro de R$ 3,2 bilhões no segundo trimestre, alta de 27,3% em 1 ano.

A Caixa Econômica Federal teve lucro líquido recorrente de R$ 3,287 bilhões no segundo trimestre deste ano, valor 27,3% superior ao do mesmo período de 2023. As informações foram divulgadas nesta quarta-feira (21) pelo banco público. As loterias da Caixa contribuíram para o resultado, ao arrecadar R$ 12,3 bilhões em recursos no primeiro semestre deste ano, crescimento de 19% em relação à primeira metade de 2023.

A carteira de crédito somava R$ 1,175 trilhão em junho deste ano, 10,6% acima do mesmo período do ano passado. A carteira de crédito habitacional, mais representativa, somava R$ 783,6 bilhões, um crescimento de 14,8% na comparação com o mesmo período de 2023.

A margem financeira da Caixa foi de R$ 15,81 bilhões no segundo trimestre, 4,1% maior do que 12 meses antes. "O aumento em 12 meses foi impactado principalmente pela redução de 17,7% nas despesas com recursos de instituições financeiras e oficiais no item compromissadas", informou o banco.

O banco público obteve R$ 6,755 bilhões em receita de prestação de serviços e tarifas bancárias, um crescimento de 6,5% na comparação com o segundo trimestre de 2023. "O crescimento em 12 meses foi consequência dos aumentos de 15,2% em receitas de produtos de seguridade, 10,8% em serviços de operações de crédito, 9% em receitas com cartões e 6,6% em fundos de investimentos", diz o relatório.

A Caixa informou ainda que as despesas administrativas somaram R$ 10,769 bilhões no segundo trimestre, alta de 9,3% em um ano. As despesas de pessoal totalizaram R$ 7,3 bilhões, crescendo 7,1% frente ao mesmo trimestre de 2023. As outras despesas administrativas avançaram a R$ 3,5 bilhões, alta de 14,1% no mesmo período.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) recorrente atingiu 9,54%, alta de 1,78 ponto porcentual frente ao segundo trimestre de 2023. O PL da Caixa somava R$ 135,524 bilhões, alta de 11,2% em relação a junho de 2023. Os ativos somavam R$ 1,911 trilhão, alta de 10,7% em um ano.

Loterias

As loterias da Caixa arrecadaram R$ 12,3 bilhões em recursos no primeiro semestre deste ano, crescimento de 19% em relação à primeira metade de 2023. De acordo com o banco, foram pagos R$ 4 bilhões em prêmios a apostadores.

O crescimento das loterias ajudou a impulsionar as receitas com serviços de governo, que cresceram 6% em um ano, para R$ 4,746 bilhões no primeiro semestre. A Caixa não detalha os fatores por trás do crescimento.

O banco público detém o monopólio da exploração de jogos de loteria no Brasil. É uma modalidade diferente das apostas esportivas, exploradas pelas chamadas bets, um segmento em que a Caixa também pretende entrar.

A Caixa Loterias, subsidiária do banco que passou a controlar os serviços lotéricos, pediu autorização ao Ministério da Fazenda para atuar no segmento. Foi uma das mais de 130 empresas, várias delas grupos globais, a solicitar permissão para explorar o serviço.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

A carteira de crédito da Caixa encerrou o segundo trimestre deste ano em R$ 1,174 trilhão.

Carteira de crédito

A carteira de crédito da Caixa encerrou o segundo trimestre deste ano em R$ 1,174 trilhão, o que representa um crescimento de 10,6% em relação ao mesmo período do ano passado. No comparativo com o primeiro trimestre deste ano, o avanço foi de 2,7%.

Mais uma vez, o crédito imobiliário influenciou o desempenho, com um crescimento de 14,8% em 12 meses, para R$ 783,568 bilhões em saldo. Líder de mercado, a Caixa viu sua participação no segmento subir de 66,6% para 68% em um ano, diante do menor apetite dos bancos de porte similar na concessão do produto em um cenário de juros altos.

Em habitação, foram R$ 61,3 bilhões em contratações no segundo trimestre deste ano, alta de 38,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Com recursos da poupança, foram R$ 23,5 bilhões, alta de 18,8%, enquanto o FGTS respondeu por R$ 37,8 bilhões, crescimento de 55,1% no mesmo período.

Desde o ano passado, com a poupança pressionada, a Caixa tem direcionado clientes que se enquadram nos critérios das linhas do FGTS para o financiamento com recursos do fundo. Entretanto, entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano, o crescimento das concessões com a poupança (de 43,8%) foi maior que o das realizadas com recursos do FGTS (8,1%).

Correios fecham acordo para pagar R$ 7,6 bilhões do rombo do Postalis, o fundo de pensão de seus funcionários.

Os Correios firmaram um contrato de confissão de dívida em que se comprometem a transferir R$ 7,6 bilhões ao Postalis, o fundo de pensão de seus funcionários, para cobrir metade do rombo do plano de aposentadoria que parou de aceitar novos participantes em 2008. Pela legislação, a conta deve ser dividida igualmente entre a empresa patrocinadora e os participantes. Ou seja, metade do valor total do déficit, de cerca de R$ 15 bilhões, será paga por funcionários, aposentados e pensionistas da estatal.

Segundo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual o documento do acordo se baseou, os investimentos do Postalis realizados entre 2011 e 2016, durante o governo de Dilma Rousseff, resultaram em prejuízo de R$ 4,7 bilhões ao fundo de pensão.

Corrigido pela inflação e pela meta atuarial da entidade, o valor corresponde hoje a R$ 9,1 bilhões, o equivalente a 60% do rombo. O restante se refere a

Agência Brasil

Empresa, que teve prejuízo de R$ 600 milhões em 2023, paga R$ 33 milhões por mês desde fevereiro ao Postalis.

déficits ocorridos em outros períodos desde a fundação do Postalis, em 1981.

Por meio de sua assessoria, os Correios disseram que a operação foi realizada "em atendimento às normas do setor e após um rigoroso processo de aprovações junto aos órgãos competentes".

Parcelas

A estatal – que registrou prejuízo de quase R$ 600 milhões no ano passado e de R$ 800 milhões no primeiro trimestre deste ano – tem desembolsado R$ 33 milhões por mês, desde fevereiro, para socorrer o fundo de pensão.

Já os participantes, além de perderem parte dos benefícios, como o pecúlio por morte, sofreram descontos de 23%, no caso de aposentados e trabalhadores da ativa, e de 37% no caso de pensionistas.

Ao jornal O Estado de S. Paulo, a atual gestão dos Correios disse que "vem trabalhando para reduzir o déficit que foi causado, em grande parte, pelo governo anterior, por conta de decisões ruins tomadas no processo de privatização da estatal" – em referência à gestão Jair Bolsonaro, que tinha planos de privatizar a empresa, proposta enterrada pelo atual governo.

Os Correios afirmaram ainda que o resultado de 2023 foi melhor em relação ao do último ano do governo Bolsonaro, quando a companhia teve prejuízo de R$ 738 milhões.

Parte dos investimentos do Postalis que geraram o prejuízo bilionário ao fundo foi investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso e pela Operação Greenfield, braço da Operação Lava-Jato que se debruçou sobre fraudes nos fundos de pensão.

O acordo para o equacionamento do rombo foi firmado em fevereiro de 2020, ainda sob Jair Bolsonaro, mas estava na gaveta devido ao grande número de processos judiciais em que o Postalis tenta recuperar parte dos valores perdidos.

Governo federal recebe mais de 100 pedidos de autorização para funcionamento de sites de apostas.

O Ministério da Fazenda recebeu 113 pedidos de sites de apostas que desejam operar no Brasil a partir de janeiro de 2025, quando começam a valer as regras da chamada Lei das Bets. A autorização do governo para que essas empresas operem no País deve sair até 31 de dezembro de 2024. As casas de apostas ainda podem pedir liberação, mas, a partir de agora, a resposta pode levar até cinco meses (150 dias).

Cada site de apostas autorizado deverá pagar R$ 30 milhões para explorar até três marcas durante cinco anos. A partir de 1º de janeiro, os sites de apostas que operarem no Brasil sem autorização ficarão sujeitos às penalidades previstas em lei, que prevê multas de até R$ 2 bilhões por infração.

Os pedidos serão analisados pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, que levará em conta se as empresas atendem às exigências previstas em lei e em outras normas publicadas pela pasta. De acordo com portaria publicada em maio, os sites de apostas devem comprovar que têm ”habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, idoneidade, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica”.

Confira algumas das exigências que passarão a valer em 2025 para os sites de apostas que desejam operar no Brasil:

– Autorização prévia da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

– Sede no Brasil e ser constituída como sociedade empresária limitada (LTDA) ou sociedade anônima (S/A).

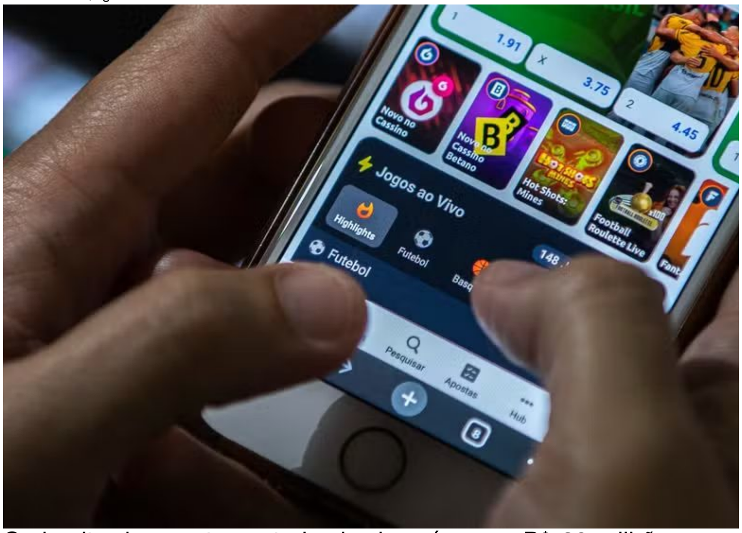
– Não ser pessoa jurídica que opere como filial, sucursal, agência ou representação no Brasil de pessoa jurídica com sede no exterior.

– Um brasileiro como sócio detentor de ao menos 20% do capital social da empresa.

R$ 2 bilhões

O governo federal proibiu propagandas com influencers e celebridades que apresentem apostas online como meio para melhorar de vida. A regra, que vale tanto para apostas esportivas como para jogos online (caça-níquel, roleta, crash, por exemplo), faz parte de uma portaria publicada no começo deste mês pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, e começa a valer de fato em 2025.

Joédson Alves/Agência Brasil



Cada site de apostas autorizado deverá pagar R$ 30 milhões para explorar até três marcas durante cinco anos.

Segundo o texto, são vedadas as ações de comunicação, publicidade, propaganda e marketing que ”apresentem a aposta como socialmente atraente ou contenham afirmações de personalidades conhecidas ou de celebridades que sugiram que o jogo contribui para o êxito pessoal ou social ou para melhoria das condições financeiras”.

A portaria também determina que toda publicidade seja identificada com termos como ”informe publicitário” ou ”publicidade”.

Nos últimos meses, influenciadores têm sido alvo de operações policiais por prometer lucro fácil em caça-níqueis online. As celebridades e outros envolvidos podem ser punidos com advertência ou multa que vai de R$ 50 mil a R$ 2 bilhões em caso de irregularidades.

As normas para a publicidade de apostas online também impedem propagandas que deem a entender que é possível desenvolver habilidade para influenciar o resultado de uma aposta – no caso do tigrinho, são comuns vídeos de pessoas que afirmam ter encontrado uma falha que permitiria ganhos exorbitantes.

O governo também proibiu propaganda – com ou sem celebridades – que encoraje práticas excessivas de aposta e apresente o jogo como prioridade na vida. Os valores são os mesmos aplicados a outras irregularidades nas normas.

Passageiros em risco: projeto ameaça direitos e enfraquece a proteção dos consumidores no setor aéreo.

Reprodução

Uma das principais alterações é a redução das indenizações por atrasos e cancelamentos de voos.

O Projeto de Lei 1.829/2019, ao alterar a legislação do setor de Turismo, coloca em xeque os direitos dos passageiros e fragiliza a proteção do consumidor no setor aéreo. Aprovado no Senado e em análise na Câmara dos Deputados, o texto propõe mudanças significativas que podem ter um impacto negativo na experiência de milhões de brasileiros.

Uma das principais alterações é a redução das indenizações por atrasos e cancelamentos de voos. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em 2023, cerca de 1% das despesas das companhias aéreas foram com assistência e indenizações a passageiros. Essa redução pode desestimular as empresas a investirem em melhorias na qualidade dos serviços e a adotarem medidas para evitar problemas operacionais.

Além disso, o projeto limita a aplicação do Código de Defesa do Consumidor em processos relacionados ao setor aéreo, direcionando-os para o Código Brasileiro de Aeronáutica. Essa mudança impede que os consumidores tenham acesso a mecanismos de proteção mais amplos e eficazes, como a possibilidade de buscar reparação por danos morais e a inversão do ônus da prova contidos no Código de Defesa do Consumidor.

A adoção da Convenção de Montreal para voos internacionais é outra alteração preocupante. Essa convenção estabelece limites mais baixos para as indenizações, o que pode deixar os passageiros desamparados em caso de perdas ou danos.

O Estado tem um papel fundamental na proteção dos direitos dos consumidores e na regulação do setor aéreo. Ao enfraquecer a legislação de proteção ao consumidor, o Projeto de Lei 1.829/2019 transfere para o consumidor o ônus de arcar com os prejuízos causados pelas companhias aéreas.

É fundamental que o Estado mantenha uma postura proativa na defesa dos direitos dos consumidores, investindo em mecanismos de fiscalização e punição das empresas que não cumprem a legislação. Além disso, é preciso garantir que a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) tenha autonomia e recursos suficientes para exercer suas funções de forma eficiente.

O Projeto de Lei 1.829/2019 representa um retrocesso na proteção dos direitos dos consumidores no setor aéreo. Ao reduzir as indenizações, limitar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e adotar a Convenção de Montreal, o projeto fragiliza os passageiros e incentiva as companhias aéreas a priorizarem seus lucros em detrimento da qualidade dos serviços prestados. É fundamental que a sociedade civil, os parlamentares e as autoridades de defesa do consumidor se mobilizem para impedir a aprovação dessa legislação em sua forma atual, garantindo assim que os direitos dos passageiros sejam preservados e que o setor aéreo continue a se desenvolver de forma sustentável e responsável. (Opinião/Raphael Medeiros Adada)

Mais uma faculdade de Medicina consegue na Justiça abrir curso sem o aval do Ministério da Educação.

A Faculdade Mauá abriu o vestibular para um curso de Medicina em Águas Lindas de Goiás sem aval do Ministério da Educação (MEC). Isso foi possível graças a uma autorização judicial. A situação é similar à de outras oito instituições de ensino que recorreram à mesma medida, deixando os alunos diante da incerteza sobre se poderão concluir a graduação.

A liminar liberou o funcionamento do curso até que o MEC avalie o credenciamento do curso. No entanto, dias após o início das aulas, o MEC indeferiu o pedido da faculdade, que entrou com recurso.

A Faculdade Mauá de Goiás pertence à mesma família dona da UniMauá, com sede no Distrito Federal, que também já havia iniciado as aulas por meio de liminar. Semanas após a decisão judicial, porém, o ministério indeferiu o registro da UniMauá. Dessa forma, os alunos de Brasília continuam tendo aulas, mas o curso pode ser suspenso. A Faculdade Mauá de Goiás repete a estratégia. Procuradas, as faculdades dizem ter condições adequadas para oferecer o curso.

A Mauá de Goiás tem como sócios Ciro Augusto Teles Lima e João Paulo Teles Lima. Já a UniMauá, do DF, tem como proprietária Dilcia Teles Lima e como gestor administrativo Ciro Augusto Teles Lima, segundo o site da própria faculdade. As duas graduações de Medicina também têm o mesmo professor na coordenação.

Em nota, a Mauá de Goiás afirma que, do ponto de vista jurídico, "não existe relação entre as faculdades", com diferentes CNPJs e composições societárias. "Apesar dessas distinções, o fato de pertencerem à mesma família aproxima as IES (instituições de ensino superior)", diz.

A instituição justificou a abertura sem autorização do MEC "porque a oferta é semestral e se o MEC demorar mais 30 dias" para dar a autorização "o semestre estará perdido". Na época da abertura, a pasta não havia finalizado a análise do pedido.

Já a UniMauá, do DF, afirma que os dois cursos, apesar de pertencerem à mesma família, têm personalidades jurídicas diferentes e não compõem o mesmo grupo econômico.

O ministério, por sua vez, afirma que tem analisado os pedidos para abrir cursos por ordem de antiguidade. Não existe um prazo para análise das solicitações.

Especialistas criticam a judicialização dos cursos de Medicina, uma vez que isso desorganiza a fila e eleva os riscos de graduações que não atendam a todos os critérios de qualidade necessários. Já as faculdades falam em demora do governo federal como justificativa para recorrer aos tribunais.

Critérios

Quais são os critérios analisados pelo MEC? O processo do curso de Medicina da Mauá passou em março para a fase de parecer final na avaliação do MEC, que consiste na verificação de alguns critérios, entre eles:

– necessidade social do município onde o curso será aberto;

– existência de infraestrutura e serviços adequados e suficientes no SUS local;

– total de leitos, equipes de atenção primária, hospitais conveniados e programas de residência.

Essas regras foram definidas pela portaria 531/2023, do MEC, e são aplicadas aos pedidos de abertura de cursos feitos entre 2018 e 2023, enquanto valia uma moratória que suspendeu novas graduações.

Reprodução

A liminar liberou o funcionamento do curso até que o MEC avalie o credenciamento do curso.

A Faculdade Mauá argumentou à Justiça que a demora do ministério em analisar o processo expõe uma "estratégia para evitar a finalização dos processos administrativos que envolvem autorização do curso de Medicina".

O MEC, por sua vez, diz que todos os pedidos de novos cursos (ou para mais vagas nos cursos já existentes) estão sendo analisados por ordem de antiguidade. Segundo a pasta, o processo demora devido às diversas etapas de análise.

A pasta informou que chegou a receber 369 processos, sendo 335 de autorizações para novos cursos e 34 de aumento de vagas. Isso é próximo do total de cursos existentes (389). Se todos os pedidos fossem aprovados, o País teria 60 mil novas vagas de Medicina.

A pasta diz ter dividido as solicitações conforme as regras vigentes na época de cada uma delas. Isso torna o processo "altamente complexo do ponto de vista burocrático", diz o ministério.

Das instituições que recorreram à via judicial, uma delas acabou ganhando aval do MEC: a Faculdade Santa Teresa, em Manaus. Já outras faculdades que abriram o curso por liminar tiveram, mais tarde, pedido de registro negado pelo ministério. É o caso não só da UniMauá, do DF, e da Faculdade Mauá de Goiás, como também do Centro Universitário Facens, de Sorocaba (SP).

O MEC diz que "tem adotado as medidas judiciais cabíveis para assegurar o reconhecimento da ilegalidade da oferta do curso e, com isso, interromper a continuidade do curso oferecido nesta condição".

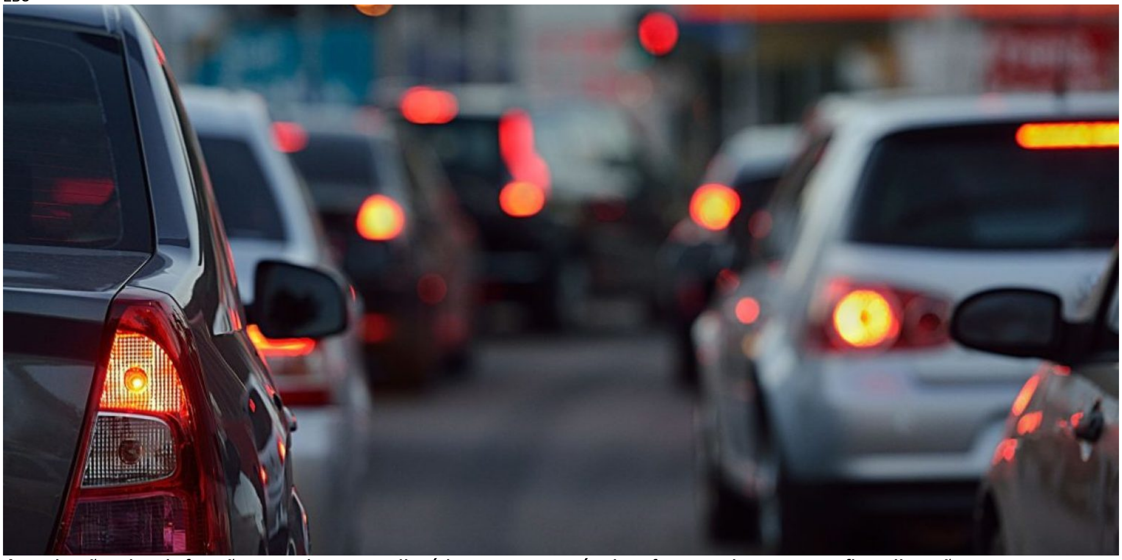
Em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) ratificou a constitucionalidade da Lei dos Mais Médicos - que considera a demanda social e a estrutura de saúde pública da região - para a abrir novos cursos na área. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Redução de 37,2% no número total de infrações de trânsito registradas nas rodovias federais brasileiras durante o primeiro semestre de 2024.

Levantamento da Associação Mineira de Medicina do Tráfego (Ammetra) com dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) indica uma redução de 37,2% no número total de infrações de trânsito registradas nas rodovias federais brasileiras durante o primeiro semestre deste ano. De janeiro a junho de 2023, foram cometidas 3.911.780 infrações de trânsito, enquanto no mesmo período de 2024, o número caiu para 2.456.752.

"O problema é que essa queda não causou uma redução no número de mortos e sinistros. Em 2024, houve um aumento de 9% no número de mortos (2.908) e de 8% no número de feridos (40.518)", comenta Alysson Coimbra, médico especialista em Tráfego e diretor científico da Ammetra.

EBC



A redução das infrações pode ser atribuída a um possível enfraquecimento na fiscalização.

A redução das infrações pode ser atribuída a um possível enfraquecimento na fiscalização, pois a análise das infrações revela que o comportamento dos motoristas continua a indicar altos níveis de imprudência e agressividade. A velocidade excessiva e o não uso do cinto de segurança são problemas críticos que persistem, colocando em risco a segurança de todos no trânsito.

Em 2024, o excesso de velocidade teve um aumento de 134% em relação ao mesmo período do ano passado e responde por 97% do total de infrações. O desrespeito aos limites de velocidade continua sendo um problema crítico nas rodovias federais. "A velocidade excessiva é um fator determinante em muitos sinistros graves e fatais. A redução no número total de infrações não deve mascarar o fato de que os motoristas continuam dirigindo de maneira perigosa", alerta o especialista.

A análise dos dados do primeiro semestre deste ano mostra que bons hábitos que pareciam consolidados no brasileiro parecem estar caindo em desuso. Um dado alarmante é o aumento de 39% nas infrações por não usar o cinto de segurança. Em 2024, essa é a quinta infração mais frequente cometida pelos brasileiros. "O aumento dessas infrações é preocupante, pois indica uma falta de conscientização sobre a importância do cinto de segurança, uma informação que acreditávamos que já estava fixada na vida dos brasileiros, porém os números revelam o contrário. Isso coloca em risco a vida dos motoristas e passageiros", destaca Coimbra

O especialista em segurança viária avalia que os dados comprovam a ineficácia dos entes públicos em mitigar riscos no trânsito. "Precisamos de uma abordagem multifatorial que inclua educação, fiscalização, leis mais rigorosas e políticas públicas eficazes para realmente melhorar a segurança viária", conclui Coimbra.

Queimada na Amazônia espalha corredor de fumaça por dez Estados, entre eles o Rio Grande do Sul.

A densa camada que vem cobrindo o céu de diversas regiões do País é reflexo das chamas na Amazônia, que registra o maior número de focos de fogo em 17 anos, e se soma com a seca que castiga mais de mil cidades brasileiras. Segundo especialistas, a fumaça afeta dez Estados, entre eles o Rio Grande do Sul, e vai seguir sobre o Brasil até o fim da semana.

A floresta registrou 59 mil focos de fogo desde janeiro até agora. O número é o maior desde 2008 e pode aumentar, já que o levantamento é feito mês a mês e agosto ainda não terminou. Toda essa fumaça que cobre a floresta está viajando milhares de quilômetros.

Esse volume ainda se soma ao que vem do Pantanal, de Rondônia com a queimada no Parque Guajará-Mirim há um mês, e da Bolívia, formando uma densa camada cinza na atmosfera que é arrastada para o restante do mapa formando um "corredor de fumaça".

Até agora, há registros de fumaça nos seguintes Estados:

– Rio Grande do Sul;
– Santa Catarina;
– Mato Grosso do Sul;
– Mato Grosso;
– Acre;
– Rondônia;
– Oeste do Paraná;
– Parte de Minas Gerais;
– Trechos de São Paulo;
– Amazonas.

A previsão é que o volume de fumaça piore com o vento frio que traz a frente fria do fim de semana.

Por que isso está acontecendo? A primeira causa está relacionada à intensidade do fogo. Na Amazônia Legal, foram registrados, só no mês de agosto, mais de 22 mil focos de incêndio. No mesmo período do ano passado, por exemplo, o número era de 12 mil. Este é o pior momento para a floresta neste período dos últimos 17 anos.

No restante do país, o cenário também não é favorável. De forma geral, o país está no pior momento em relação aos focos de incêndio da última década.

A causa disso é uma consequência do El Niño, que deixou um déficit hídrico com a seca que causou no ano de 2023, e que se soma ao aquecimento do Atlântico, que continua fervendo. A consequência disso é menos umidade e chuva pelo país, além do aumento das temperaturas, por causa do aquecimento global.

Segundo o Cemaden, que também monitora as secas no país, há mais de mil cidades em situação de estiagem, variando de severa a moderada. Entre os municípios da Amazônia, mais de 60% estão sob essa classificação. Esse cenário torna o território mais propenso ao fogo e à expansão dos incêndios.

Isso fez com que o período crítico de queimadas chegasse antes do tempo e a preocupação é se ele vai terminar antes ou se vamos ter um período de queimadas estendido.

Segundo os especialistas, a previsão é de

Divulgação/Fiocruz

A fumaça de queimadas encobriu Manaus.

que o cenário piore e a quantidade de fumaça aumente, atingindo com mais intensidade a capital São Paulo, indo até o interior do estado, avançando sobre Belo Horizonte em Minas Gerias e várias cidades do Paraná.

Isso vai acontecer por causa do vento frio que está trazendo a frente fria que vai avançar sobre o Centro-Sul. O meteorologista do Centro de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), Giovani Dolif, explica que o ar frio vai comprimir a fumaça, fazendo com que ela chegue mais rápido ao restante do mapa.

"Com a formação da frente fria, o ar frio vai comprimir esse corredor de fumaça que se formou e vai acelerar a chegada no Centro-Sul do Brasil. Isso vai diminuir a intensidade da fumaça no Rio Grande do Sul, onde está mais concentrada agora, mas vai espalhá-la com mais intensidade para outros estados brasileiros", afirma Giovani Dolif, meteorologista do Cemaden, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A previsão é que no fim de semana, quando a frente fria chega até a parte central do país, a fumaça seja empurrada para o oceano e haja uma trégua.

E você pode se perguntar, depois disso, a fumaça vai desaparecer? A resposta é que não. Ao voltar ao oceano, o ciclo natural do vento (que entra pelo oceano, levando até a Amazônia e é empurrado para o Sul) se repete. Se houver fumaça, ela pode voltar.

"A gente tem uma trégua depois da frente fria, mas se quando esse fluxo de ar for se repetindo ainda encontrar fumaça, ela pode voltar a circular. A trégua só acontece mesmo quando os incêndios acabarem ou quando vier a estação chuvosa, que deveria começa em outubro, mas também deve atrasar", explica Dolif. As informações são do portal de notícias G1.

Empresários e influencers no Pará são alvo da Polícia Federal por bloqueio de estradas e pedido de golpe militar.

Para dar cumprimento a 4 mandados de busca e apreensão contra empresários e influenciadores digitais residentes em Santarém, Oeste do Pará, a Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã dessa quarta-feira (21) a operação “Defesa”, que visa combater crimes contra os poderes constitucionais do Brasil.

Investigações da PF apontaram que, por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, os alvos da operação estavam incitando a prática de crimes contra os poderes constituídos, motivados pela insatisfação com o resultado das urnas na eleição presidencial de 2022.

Segundo informações da Polícia Federal, as investigações iniciaram após a obstrução da rodovia BR-163, no km 10, Comunidade Cipoal, em frente ao 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC), devido a insatisfação de manifestantes com o resultado da eleição presidencial de 2022.

As investigações mostraram que, entre os manifestantes, havia um grupo organizado com divisão e distribuição de competências para o financiamento, execução e incentivo de ideias que defendiam a ilegitimidade do resultado eleitoral e a prática de crimes que visavam impedir a posse do presidente eleito (Lula), assim como incentivar as Forças Armadas a abolir o Estado Democrático de Direito.

Recursos públicos

Em outra frente, a Polícia Federal deflagrou nessa quarta-feira (21) a Operação Gold Digger, com o objetivo de desarticular organização criminosa especializada em fraudes eletrônicas e no furto de recursos públicos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), utilizado por diversos órgãos governamentais.

Na ação, foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão, além de três mandados de prisão temporária em Minas Gerais, na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal.

A investigação, iniciada após a identificação de desvios de recursos públicos por meio de pagamentos indevidos, revelou um esquema de alta complexidade que incluía a realização de acessos indevidos ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Governo Federal, mediante a utilização de credenciais falsas de ordenadores de despesas. Até o momento, foram identificados furtos no montante de aproximadamente R$ 15 milhões, havendo ainda a detecção de tentativas de desvio de mais de R$ 50 milhões.

Divulgação

Operação “Defesa” visa combater crimes contra os poderes constitucionais do Brasil.

A organização criminosa utilizava técnicas avançadas de invasão cibernética, incluindo campanhas de phishing, por meio do envio de mensagens do tipo SMS com links maliciosos que captavam os dados dos destinatários, e emissão fraudulenta de certificados digitais, para obter acesso a contas e autorizar pagamentos indevidos. Além disso, para poder receber os valores desviados, o grupo criminoso também se utilizava de contas de intermediários, conhecidos como ”laranjas”, que eram posteriormente ocultados através de instituições de pagamento e exchanges, empresas que atuam como corretoras de criptoativos.

Diante dos fatos, os investigados poderão responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático, furto qualificado mediante fraude, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O nome da operação, Gold Digger, faz alusão ao termo em inglês que literalmente significa ”escavador de ouro” ou ”minerador”, refletindo o caráter meticuloso e persistente das violações na extração ilícita de grandes quantias de dinheiro público. Além disso, o termo possui um sentido pejorativo, utilizado para descrever pessoas que se associam a outras com o objetivo de obter vantagens financeiras, o que reflete o modus operandi dos envolvidos, que buscam se aproveitar dos recursos públicos para lucro próprio. As informações são do portal de notícias G1 e da PF.

Tráfico de pessoas: Brasil vira rota de imigração ilegal e vai mudar regras para a entrada de estrangeiros.

O Ministério da Justiça informou que irá restringir, a partir da próxima segunda-feira (26), a entrada de imigrantes que não possuem visto de entrada no Brasil, em meio a denúncias de que o País tem sido usado como rota de organizações criminosas para tráfico de pessoas.

Reprodução

O Ministério da Justiça informou que irá restringir, a partir da próxima segunda-feira (26), a entrada de imigrantes que não possuem visto de entrada no Brasil.

A determinação da pasta foi baseada em um relatório da PF (Polícia Federal). No documento, a investigação aponta que a maioria dos imigrantes que pedem refúgio no Brasil não tem motivações que justifiquem a admissão como refugiados.

A maior parte dessas pessoas vem do Sul da Ásia e de países do continente africano, com objetivo de entrar ilegalmente nos Estados Unidos e Canadá.

De acordo com o Ministério da Justiça, refugiados são pessoas que deixam seus países de origem em razão de um temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou devido a grave e generalizada violação de Direitos Humanos.

Novas regras

O secretário Nacional de Justiça, Jean Uema, informou que a partir de segunda, quem entrar com um pedido de refúgio no Brasil terá que provar que está sendo perseguido no país de origem para ter autorização para ingressar em território brasileiro.

"O que vamos fazer: identificando viajantes que não possuem visto de entrada no território brasileiro e estão em trânsito pra outros países, mas não há risco real de perseguição, essas pessoas serão inadmitidas para entrada no território brasileiro", explica Uema. Segundo ele, a inadmissão é um mecanismo na lei brasileira de imigração, sem ofensas as garantias internacionais que o Brasil aderiu do ponto de vista do refúgio.

Rota de imigração ilegal

De acordo com a PF, cidadãos de várias nacionalidades compram passagens para outros países sul-americanos, com conexão no Brasil, e não embarcam no segundo voo para o destino final.

Eles permanecem em território brasileiro e entram com um pedido de refúgio. A prática é conhecida informalmente como uma "lavagem de passaporte". Ao todo, 70% dos pedidos de refúgio são de cidadãos do Nepal, Vietnã e Índia.

Entre janeiro de 2023 e junho deste ano, mais de 8 mil imigrantes pediram refúgio no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Mas, somente 117 requerimentos continuam ativos no Sistema de Registro Nacional Migratório, ou seja, 1,41%. A maioria já deixou o país, ou permanece de maneira irregular.

Combate ao crime

A Defensoria Pública da União acredita que a falta de exigência do visto de trânsito facilita o uso do Brasil como trajeto para esses criminosos. O defensor João Chaves avalia que falta uma política brasileira voltada para o combate ao crime, mas que proteja as vítimas, que são imigrantes. As informações são do portal de notícias G1.

Donald Trump usa painel de vidro em seu primeiro comício a céu aberto desde que sofreu atentado.

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump discursou atrás de um vidro à prova de balas nessa quarta-feira (21), no primeiro comício a céu aberto desde que sofreu um atentado durante comício na Pensilvânia, em julho. No evento eleitoral desta quarta, em Asheboro, na Carolina do Norte, Trump voltou a atacar Kamala Harris e disse que "a 3ª Guerra Mundial estaria virtualmente garantida" caso a democrata fosse eleita.

De acordo com o jornal americano "The New York Times", a segurança do comício foi altamente reforçada em relação ao comício em Butler, na Pensilvânia, quando ele foi atingido por uma bala de fuzil AR-15 na orelha. Entre as melhorias estão, além do vidro à prova de balas, atiradores de elite ao redor do local do comício e unidades de armazenamento móveis bloqueando a visão do evento para quem está fora do local.

A instalação dos vidros à prova de balas, medida comumente utilizada apenas com presidentes e vice-presidentes em exercício, foi determinada pelo Serviço Secreto para os próximos comícios de Trump. A barreira de vidros do comício desta quarta cerca Trump em três flancos diferentes. Uma autoridade do Serviço Secreto disse ao jornal americano "The Washington Post" que a agência federal de segurança começou a posicionar painéis de vidro à prova de balas em várias partes do país, facilitando o transporte para diferentes eventos de Trump.

Segundo a fonte do Serviço Secreto, o vidro balístico também poderia ser utilizado em eventos de Kamala Harris, candidata democrata à presidência, caso fosse necessário. Entre o dia 13 de julho, quando sofreu a tentativa de assassinato, e esta quarta, Trump tinha apenas realizado falas públicas em locais fechados, segundo recomendação do Serviço Secreto. Foi o caso da Convenção Nacional Republicana, entrevistas coletivas e até eventos menores – na terça, o republicano falou a uma academia de polícia de Michigan.

Trump aumentou a frequência de suas aparições públicas nos últimos dias, fazendo visitas a estados-chave nas eleições. Os estados-chave são alguns estados dos EUA em que a eleição é historicamente acirrada entre republicanos e democratas, de forma que podem decidir o destino do pleito.

Reprodução

A barreira de vidros do comício desta quarta cerca Trump em três flancos diferentes.

Ao ataque

No comício desta quarta, Trump voltou afirmar que as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza não teriam ocorrido caso ele fosse presidente, e duvidou da capacidade de Kamala Harris de lidar com as tensões geopolíticas do mundo.

"Se a 'camarada' Kamala for eleita em novembro, a 3ª Guerra Mundial está praticamente garantida. Tudo que ela toca ela destrói", disse o republicano, que também afirmou que evitará a 3ª Guerra Mundial caso seja eleito.

Trump já havia dito crer que o mundo estaria perto de uma nova guerra mundial, por conta das tensões entre Israel e Irã, em que um ataque direto poderia desencadear um conflito aberto entre os dois países no Oriente Médio com potencial de arrastar outras potências, como os EUA.

Durante seu discurso, Trump chamou ao palco xerifes que integram a segurança do evento. "Não sei se o palco aguentará o peso de todo mundo, mas já tivemos situações piores que essa", brincou o republicano. Trump agradeceu os xerifes, dizendo que eles são a razão pela sua campanha estar realizando um comício no estado.

“Trump quer menos impostos para ele e seus amigos ricos”, diz Barack Obama.

Reprodução

Obama discursou na convenção do partido, que acontece esta semana em Chicago.

O ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama pediu na terça-feira (20) o engajamento dos eleitores do Partido Democrata para irem a campo e buscarem votos para Kamala Harris, afirmando que ela está pronta para assumir a presidência e que tem um histórico de trabalho no serviço público que a credencia para a missão e a diferencia claramente do republicano Donald Trump.

Obama discursou na convenção do partido, que acontece esta semana em Chicago. Obama foi o último a falar. Antes dele, sua mulher, Michelle Obama, falou da importância do voto em Kamala.

“Nós temos a chance de eleger alguém que passou a vida toda tentando dar às pessoas as mesmas chances que os EUA deram a ela”, disse o ex-presidente.

Ele lembrou da origem da candidata, filha de pais imigrantes, afirmando que ela cresceu sem privilégios. E que como promotora e procuradora lutou e se envolveu diretamente no combate a criminosos e lutou por direitos.

Mas afirmou que os EUA são um país dividido onde muitas pessoas simplesmente não acreditam que governantes possam fazer algo de útil para ajudá-las.

“As pessoas que vão decidir essa eleição estão fazendo uma pergunta simples: Quem vai lutar por mim? Quem está pensando no meu futuro? No futuro dos meus filhos?”

Foi a deixa para começar então a listar críticas a Trump.

“A verdade é que Trump quer que a classe média pague o preço de uma nova e enorme redução de impostos que em grade medida vai ajudar a ele e aos seus amigos ricos.”

Obama criticou a postura do republicano em relação a uma tentativa de acordo bipartidário no governo Joe Biden para criar um novo conjunto de regras para impor mais controle à fronteira. Disse que Trump orientou congressistas de seu partido a não apoiarem a iniciativa apenas porque o sucesso da medida poderia afetar sua campanha.

“Não precisamos de mais quatro anos” de governo Trump, disse Obama, acrescentando que a sequência geralmente é pior. “Os EUA estão prontos para uma história melhor.”

Obama também afirmou que disputa presidencial não é um assunto apenas dos americanos.

“O resto do mundo está olhando”, disse ele. “Nenhuma nação, nenhuma sociedade já tentou construir uma democracia tão grande e diversa como a nossa antes.”

E acrescentou: “Não devemos ser polícia do mundo, não podemos erradicar toda crueldade e injustiça do mundo”. Mas o país tem, segundo ele, o papel e a força para “desencorajar conflitos, combater doenças, promover direitos humanos, proteger o mundo da mudança climática, defender a liberdade, promover a paz”.

Esse, segundo ele, tem sido o papel dos EUA. “Isso é o que Kamala Harris acredita.”

Ele pediu aos americanos que se unam, que trabalhem para conversar com amigos e vizinhos em prol da candidata democrata. Seu discurso terminou depois da meia-noite, horário de Chicago, e se despediu sob uma chuva de aplausos. As informações são do jornal Valor Econômico.

Michelle Obama provoca Donald Trump dizendo que a Casa Branca pode ser um desses "empregos para negros".

A ex-primeira-dama dos Estados Unidos Michelle Obama discursou no fim da noite de terça-feira (20) na convenção do Partido Democrata para milhares de apoiadores da candidata à presidência Kamala Harris.

Michelle procurou contrastar as bandeiras de Kamala e as do candidato republicano Donald Trump. E rebateu declarações do adversário, dizendo que a estratégia dele é "repetir mentiras feias, misóginas e racistas como forma de substituir ideias e soluções de verdade que realmente melhorarão a vida das pessoas".

Muito aplaudida ao subir ao palco do evento, que acontece na cidade de Chicago, Michelle afirmou que Kamala é uma das pessoas mais qualificadas e mais dignas para ocupar a Casa Branca e que a história dela é a história de muitos americanos que cresceram em uma família sem privilégios.

Mas disse que todos sabem que a campanha será marcada por tentativas de "distorcer a verdade". Disse que ela e Obama foram alvo de ataques de Trump.

"Sua visão limitada e estreita do mundo fez com que ele se sentisse ameaçado pela existência de duas pessoas trabalhadoras, altamente educadas e bem-sucedidas que, por acaso, também eram negras", disse ela, arrancando muitos aplausos.

E tomou uma expressão recentemente usada por Trump para falar da disputa dele com Kamala: "Quem vai lhe dizer que o emprego que ele está procurando atualmente pode ser um desses 'empregos para negros'?". Os milhares de presentes à convenção reagiram com mais aplausos e risos.

A frase foi uma provocação aos comentários de Trump na Associação Nacional de Jornalistas Negros, onde ele disse que os imigrantes estão tomando "empregos para negros".

Assim como Barack Obama, no discurso que fez logo após o dela, Michelle também procurou incentivar eleitores a buscarem convencer outros eleitores a escolher Kamala.

Logo após o debate ocorrido em fins de junho entre o presidente e então pré-candidato à reeleição Joe Biden e o ex-presidente Donald Trump, integrantes do partido Democrata passaram a falar em um plano B.

Biden teve um desempenho no debate muito abaixo do esperado, exibindo uma voz fraca e momentos de confusão mental. Rapidamente,

Reprodução

A ex-primeira-dama dos Estados Unidos Michelle Obama discursou na convenção do Partido Democrata para milhares de apoiadores.

começaram a circular nomes para substituí-lo como candidato.

O nome de Michelle entrou na bolsa de apostas. A seu favor, o fato de manter-se como uma figura muito popular nos EUA, que esteve na Casa Branca sob a presidência também muito popular de Barack Obama.

Em uma pesquisa feita pela Ipsos com eleitores, Michelle apareceu como a única com força suficiente para derrotar Trump.

Em uma hipotética disputa, mostrou a pesquisa, divulgada no início de julho, Michelle teria 50% dos votos e Trump, 39%.

A segunda mais bem posicionada nesse cenário era a vice-presidente Kamala Harris, que apareceu com 42% e Trump, 43%.

A ideia de outro nome que não o de Kamala se mostrou desnecessária quando Biden anunciou em fins de julho que não tentaria mais a reeleição e que apoiava sua vice como nova candidata.

O casal Obama manifestou seu apoio a Kamala em fins de julho.

Obama e Michelle são hoje empresários da indústria do entretenimento.

Em 2018, os dois fundaram a Higher Ground Productions, empresa por trás de filmes, séries e podcasts. Alguns deles estrelados por Obama ou por Michelle, outros por estrelas de Hollywood. Entre eles, "O Mundo depois de nós" (com Julia Roberts e Ethan Hawke), "Quanto Vale?" (com Michael Keaton) e "Rustin" (com Chris Rock). Muitos deles, com um elenco de atores e atrizes negros. Todas as produções fazem parte do cardápio da Netflix. As informações são do jornal Valor Econômico.

Rússia abate drones ucranianos em tentativa de ataque contra Moscou.

As defesas aéreas russas abateram nessa quarta-feira (21) dezenas de drones ucranianos direcionados a Moscou e arredores. Além da capital, as regiões de Briansk, Belgorod e Kursk, na fronteira com a Ucrânia, e Kaluga, a sudoeste da capital, foram afetadas pelos ataques.

"Esta é uma das maiores tentativas de atacar Moscou com drones", disse o prefeito da capital, Sergei Sobianin, que especificou que a ação não deixou vítimas ou danos materiais. O ministério russo explicou que um total de 45 drones ucranianos foram destruídos pelas defesas durante a noite.

Ao mesmo tempo, na região de Kursk, tropas russas ainda tentavam conter a ofensiva terrestre lançada pelo exército ucraniano em 6 de agosto. A Ucrânia atacou repetidamente a infraestrutura de petróleo e gás na Rússia desde o início da operação militar russa na Ucrânia em 2022, mas os ataques de drones à capital não são comuns.

Na Ucrânia, as autoridades anunciaram que neutralizaram 50 drones russos. A Rússia, que iniciou em fevereiro de 2022 uma invasão em larga escala contra a Ucrânia, enfrenta desde 6 de agosto uma ofensiva ucraniana sem precedentes na região fronteiriça de Kursk.

A cidade de Moscou e sua região, que ficam a mais de 500 km da fronteira, já haviam sido alvos de ataques esporádicos de drones. Durante o verão (hemisfério norte, inverno no Brasil) de 2023, alguns dispositivos foram destruídos sobre o distrito financeiro da capital. Em maio de 2023, dois drones foram neutralizados perto do Kremlin, no coração de Moscou.

Na madrugada de terça para quarta-feira, 45 drones ucranianos foram destruídos pelos sistemas de defesa aérea da Rússia sobre as regiões de Moscou (11), Bryansk (23), Belgorod (6), Kaluga (3) e Kursk (2), informou o Ministério da Defesa em um comunicado.

O chefe da administração militar de Kiev, Sergei Popko, explicou no Telegram que 10 drones foram interceptados quando seguiam na direção da capital ucraniana. "O ataque aéreo durou toda a noite e seguiu até de manhã, ou seja, mais de nove horas no total", afirmam as autoridades da região de Kiev.

Além disso, um míssil foi derrubado na terça-feira à noite ao oeste da região de Rostov, na fronteira com a Ucrânia, segundo o governador regional, Vasili Golubev.

Incursão da Ucrânia

A Rússia enfrenta há duas semanas uma grande ofensiva transfronteiriça das forças ucranianas, enquanto as tropas de Moscou prosseguem com o avanço no leste da Ucrânia, na direção da cidade de Pokrovsk. O Exército russo anunciou nesta quarta-feira que tomou o controle de outra localidade ucraniana, Zhelane, que fica entre as cidades de Donetsk e Pokrovsk.

O país foi pego de surpresa pela ofensiva. Quase uma semana após a invasão, Putin foi visto aparentemente desconfortável numa reunião televisionada de seu conselho de segurança. O líder russo interrompeu o governador regional, que listava os assentamentos capturados, e se referiu aos "eventos na região de Kursk" como uma "provocação". A mídia estatal seguiu no mesmo tom, mostrando civis em filas para receber ajuda ou doando sangue, como se a situação fosse um desastre humanitário e não o maior ataque à Rússia desde a Segunda Guerra.

Reprodução

Além da capital, as regiões de Briansk, Belgorod e Kursk, na fronteira com a Ucrânia, e Kaluga, a sudoeste da capital, foram afetadas pelos ataques.

Seis dias após a invasão das tropas da Ucrânia, um alto funcionário da segurança ucraniana disse à AFP que o objetivo era "deslocar as posições do inimigo, infligir o máximo de perdas, desestabilizar a situação na Rússia e transferir a guerra para o território russo".

Nas últimas semanas, porém, o Exército russo reivindicou a tomada de uma série de localidades no país vizinho, e nesta quarta-feira disse ter ocupado a aldeia de Zhelanne, situada entre Donetsk e Pokrovsk — um núcleo estratégico onde as autoridades ucranianas ordenaram a saída das famílias com crianças. Autoridades ucranianas precisaram ordenar a retirada de civis da região.

Analistas acreditam que Kiev esperava que a incursão das suas forças na região russa de Kursk forçaria Moscou a desviar tropas de outras partes do front de batalha. Mas até o momento não há indícios de redução nos combates no leste da Ucrânia.

Na semana passada, o conselheiro presidencial ucraniano Mikhailo Podolyak disse que "a Ucrânia não tem a intenção de ocupar territórios russos", mas que controlar esses locais pode servir para forçar a Rússia a negociar.

"Trata-se de uma jogada para trocar, se necessário, a área conquistada por outros territórios ucranianos tomados pela Rússia", disse à AFP Pierre Razoux, diretor acadêmico da Fundação Mediterrânea de Estudos Estratégicos (FMES), um centro de reflexão na França.

Na segunda-feira, porém, o Kremlin afirmou que "não falará" com a Ucrânia por causa da incursão. O conselheiro de Putin, Yuri Ushakov, disse que, "no momento, seria completamente inapropriado iniciar um processo de negociação". As conversas entre as duas partes estão bloqueadas desde 2022, pouco após o início da guerra. Zelensky, por sua vez, disse que deseja elaborar um plano para novembro, data das eleições presidenciais nos EUA (aliado vital de Kiev), que sirva de base para uma futura reunião de cúpula da paz. As informações são do jornal O Globo.

Viagem de Putin ao Azerbaijão ressuscita teoria de uso de sósias pelo presidente russo.

A teoria de que o presidente da Rússia usa sósias em eventos no país e no exterior volta e meia volta com força nas redes sociais. Desta vez, as suspeitas se acenderam na web após Vladimir Putin (ou não seria ele?) visitar Baku (Azerbaijão), entre 18 e 19 de agosto, para costurar um acordo entre o país e a Armênia e pôr fim a um conflito fronteiriço.

Internautas, porém notaram que há ”um problema” com o rosto de Putin em comparação ao registros de uma reunião que ele teve com o Conselho de Segurança da Rússia poucos dias antes.

Entre eles está Anton Herashchenko, um ex-assessor do governo da Ucrânia, que está convencido de que Putin usou um dublê de corpo em Baku.

Herashchenko e outros usuários de redes sociais destacaram que as maçãs do rosto do ”Putin” de Baku não bate com as do líder de Moscou.

Ao descer do avião na capital da ex-república soviética, Putin parece ”ter feito uma cirurgia nas maçãs do rosto”, pois elas parecem bem mais volumosas, uma diferença visível em relação a apenas alguns dias antes.

Porém, horas depois, em encontro com o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, as maçãs do rosto saltadas de Putin ”simplesmente desapareceram”.

Alguns defensores da teoria do uso de sósias afirmam que russos selecionados pelo Kremlin chegaram a passar por cirurgia plástica para ficar ainda mais parecidos com Putin.

Decreto

Em outra frente, o presidente russo, Vladimir Putin, assinou um decreto ordenando a concessão facilitada e acelerada de vistos de residência permanente na Rússia para pessoas que queiram escapar de ”valores liberais” do Ocidente e que queiram compartilhar dos ”valores tradicionais” do país.

Pelo texto, aqueles que queiram se mudar para a Rússia como parte desse programa terão de apresentar uma declaração na qual rejeitam políticas adotadas em seus países de origem que ”visem impor ideais neoliberais destrutivos às pessoas, que vão contra os valores espirituais e morais tradicionais russos”.

Esse conjunto de valores está descrito em extensos documentos oficiais e abrangem desde o casamento — descrito sempre como entre um homem e uma mulher — até a educação patriótica e a exaltação de símbolos nacionais. Nos últimos anos, o governo aprovou uma série de pautas de viés conservador, como as leis contra a população LGBT+, e tem incentivado sua promoção no cenário externo, com o apoio de lideranças aliadas, como o premiê húngaro, Viktor Orbán.

Reprodução

A teoria de que o presidente da Rússia usa sósias em eventos no país e no exterior volta e meia volta com força nas redes sociais.

Hoje, a pessoa que queira se mudar temporariamente para a Rússia precisa apresentar uma série de documentos, incluindo exames médicos, certificado de antecedentes criminais e declarações de que fala o idioma russo e que tem conhecimentos sobre a História e o sistema legal — pelo novo decreto, os pedidos feitos dentro da nova regra ficam isentos da comprovação dos conhecimentos específicos. A emissão dos vistos aos que buscam os ”valores tradicionais russos” começa em setembro.

A proposta de ampliar a concessão de vistos de residência a quem compartilha da visão de mundo promovida por Putin foi apresentada ao presidente por uma estudante italiana, Irene Cecchini, em fevereiro, durante um evento em Moscou. Ainda segundo o decreto, a Chancelaria russa apresentará, em breve, uma lista com os países ”hostis” ao ideário conservador defendido pelo Kremlin. As informações são dos jornais Extra e O Globo.

Mergulhadores encontram corpo de bilionário, de sua filha e de mais três pessoas em iate que naufragou na Itália.

Reprodução

As buscas foram encerradas e serão retomadas na manhã desta quinta-feira (22).

Mergulhadores que buscam pelos desaparecidos no naufrágio do iate de luxo na costa da Sicília, na Itália, encontraram cinco corpos dentro da embarcação nessa quarta-feira (21). Um dos corpos, de acordo com o jornal britânico "Daily Telegraph" com base em informações da agência de proteção civil da Sicilia, é do bilionário britânico Mike Lynch. Outro dos corpos encontrados nessa quarta, ainda de acordo com a publicação, é o da filha de Lynch.

Autoridades locais na Sicília se recusaram a comentar a reportagem. Oficialmente, as identidades das vítimas ainda não foram divulgadas pelas autoridades. Quatro dos cinco corpos localizados foram trazidos para terra e levados para hospitais próximos para identificação formal.

Segundo o diretor da Defesa Civil da Sicília, Salvo Cocina, não foi possível retirar da água um dos cadáveres encontrados nessa quarta. As buscas foram encerradas e serão retomadas na manhã desta quinta-feira (22).

Conhecido como "Bill Gates do Reino Unido" por ser o primeiro magnata da tecnologia no país, o bilionário Mike Lynch estava a bordo do iate, um veleiro de luxo batizado de Bayesian, com a esposa, a filha e amigos. Segundo a imprensa britânica, ele celebrava uma recente absolvição em um processo que acusava sua empresa de softwares, a Autonomy, de fraude.

Ainda não havia informações sobre a identidade dos outros corpos resgatados na manhã dessa quarta.

Número de mortos

Com os corpos encontrados nesta quarta, o número de mortos no naufrágio, causado pela passagem de um tornado na costa da Sicília, subiu para seis. No dia do acidente, um corpo já havia sido encontrado horas depois de o barco afundar.

No total, 22 pessoas estavam a bordo do iate, mas 15 foram resgatadas com vida no dia do naufrágio.

Um dos corpos encontrados nesta quarta foi levado à costa por uma embarcação do Corpo de Bombeiros. A recuperação demorou porque a entrada das cabines está bloqueada por móveis e outros objetos.

Embarcação

A embarcação, construída em 2008 pela empresa italiana Perini Navi, comporta 12 passageiros, distribuídos por 6 suítes, e 10 tripulantes, e tem 3 andares. Segundo a fabricante, o mastro do iate, de 75 metros de altura, era o mais alto do mundo feito de alumínio e o segundo mais alto em geral. O mastro é maior que o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, que tem 30 metros de altura, desconsiderando o pedestal.

O interior da embarcação, com designer de interiores em estilo japonês, projetado pelo escritório do arquiteto francês Remi Tessier, foi premiado em 2008. As informações são do portal de notícias G1.

Em Brasília, o governador gaúcho reforça ao presidente Lula as demandas do RS pós-enchentes.

Durante audiência nessa quarta-feira (21) em Brasília, o governador gaúcho Eduardo Leite voltou a pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o aprimoramento de medidas federais já anunciadas para reconstrução do Estado após as enchentes de maio. O encontro foi o primeiro após a troca pública de farpas entre ambos durante a mais recente visita de Lula ao Rio Grande do Sul, no dia 16.

De acordo com o governador, a conversa, que durou mais de uma hora, foi "amistosa". Também participaram os ministros Rui Costa, da Casa Civil, e Paulo Pimenta, que assumiu a Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul.

"Elencamos as ações que o governo federal fez, tomou providências que nós reconhecemos e agradecemos, mas sinalizamos os pontos que a gente entende que merecem urgentemente aprimoramentos para fazer com que essas medidas sejam efetivas", disse Leite após o encontro.

Dentre as medidas que precisam ser revistas, no ponto-de-vista de Eduardo Leite, está o programa de manutenção de emprego e renda, que atende empresas atingidas pela calamidade. O governo avalia que as regras ficaram "engessadas", o que acaba limitando o acesso das empresas aos recursos disponibilizados pelo governo federal.

A proposta do governo estadual é para que empresas que estão fora da chamada "mancha de inundação", ou seja, que não foram alagadas, mas que sofreram impactos por conta da situação de calamidade, também sejam contempladas pelo programa.

Leite também pediu ao petista que reconsidere as regras dos programas de financiamento anunciados pelo Executivo e que promovem subsídios de juros. Por último, pediu intercessão sobre a proposta de renegociação da dívida dos Estados. Segundo ele, a solução apresentada no Senado Federal não contempla o Rio Grande do Sul.

À imprensa, o governador declarou que há "um descompasso entre o apoio que é anunciado e o apoio que se está efetivando lá na ponta pelo governo Lula" e que é preciso compatibilizar esforços entre os governos. Ele finalizou dizendo que há uma necessidade de definir a governança da implementação de alguns projetos, ou seja, de decidir quem será a competência de cada obra anunciada.

Leite esteve em Brasília para negociar com o presidente obras de drenagem no Estado que serão financiadas pelo governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O governo federal anunciou mais R$ 7,4 bilhões em investimentos para obras no território gaúcho. A maior parte (R$ 6,5 bilhões) será destinada a obras de drenagem para prevenir desastres naturais como o de maio. Ao todo, cerca de 61 projetos em 52 municípios serão beneficiados pelos recursos.

Ricardo Stuckert/PR

Audiência no Palácio do Planalto foi realizadsa menos de uma semana após troca pública de farpas.

"É uma conversa de avaliação sobre tudo que nós já conseguimos avançar, os problemas, onde é que a gente tem que avançar mais, o que a gente precisa de melhorias", disse o governador. "Uma conversa franca, aberta e também sobre os temas, para definir responsabilidades sobre as medidas de projetos para a contenção de cheias. Tem uma série de pontos que precisam ser definidos no processo de reconstrução do Estado."

Brigas X diálogo

Leite também comentou a relação com Lula. Conforme o político tucano, mesmo que haja brigas públicas com o líder petista, é preciso "sentar e conversar". Ele defendeu, após participar de evento do Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) na capital federal:

"A reunião é uma boa oportunidade de diálogo. A gente pode ter divergências e até brigar publicamente, como as nossas funções públicas exigem, mas nunca deixar de sentar e conversar para construir soluções para a população".

Na semana passada, Leite disse que "gaúcho não é ingrato", em resposta ao presidente, que havia dito em entrevista que o governador deveria "agradecer" pelo tratamento do governo federal ao Rio Grande do Sul. Em outra ocasião, o tucano afirmara que o governo Lula fez "muita propaganda" e que pouca ajuda chegou até agora ao Estado. (Marcello Campos)

RS mantém primeiro lugar em eficiência da máquina pública e avança em cinco indicadores do ranking de competitividade dos Estados.

EBC

No ranking geral, o Rio Grande do Sul continua sendo o quinto Estado mais competitivo do Brasil.

O Rio Grande do Sul manteve o primeiro lugar em eficiência da máquina pública e avançou em outros cinco dos dez pilares no Ranking de Competitividade dos Estados de 2024, divulgado nessa quarta-feira (21) em Brasília. Desenvolvido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), o levantamento avalia as 27 unidades da Federação.

Neste ano, o Estado, que já vinha alcançando excelentes classificações, melhorou seu desempenho nas seguintes áreas: segurança pública, infraestrutura, capital humano, solidez fiscal e potencial de mercado. Na segurança pública, passou de quinto para terceiro colocado. Além disso, subiu cinco posições em infraestrutura e duas em capital humano, solidez fiscal e potencial de mercado.

No ranking geral, o Rio Grande do Sul continua sendo o quinto Estado mais competitivo do Brasil. Esse status, conquistado em 2023 e repetido no ano passado, é a melhor marca do Estado na pesquisa desde 2018. O Estado também garantiu a mesma colocação de 2023 em outros dois pilares: sustentabilidade social (4º) e educação (6º).

Fundado nos anos 2000, o CLP se apresenta como ”organização suprapartidária que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil, para um estado democrático de direito mais eficiente no uso de seus recursos e com respeito à coisa pública”. Os detalhes do estudo podem ser conferidos no site clp.org.br

Com a palavra...

“O Ranking de Competitividade dos Estados é uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. A competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos”, ressaltou o diretor-executivo do CLP, Tadeu Barros, no relatório do levantamento.

Em evento no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, o governador Eduardo Leite participou do lançamento do ranking. Ele enumerou alguns fatores avalia como decisivos para o desempenho na pesquisa:

“O Rio Grande do Sul tem evoluído no ranking graças a um amplo processo de reforma estrutural da máquina pública, que hoje nos permite investir de forma muito expressiva em áreas essenciais. Foi a partir desse conjunto de reformas que conseguimos ampliar o investimento em segurança pública e infraestrutura, por exemplo, áreas em que estamos avançando rapidamente nos últimos anos”.

Por fim, acrescentou: “Conseguimos estancar a perda de efetivo das forças de segurança e reduzimos os indicadores de criminalidade. Voltamos a investir na malha rodoviária, e os resultados estão sendo colhidos agora. Quem cuida das contas, cuida das pessoas”. (Marcello Campos)

Porto Alegre se mantém entre as quatro cidades mais competitivas do País.

O mais recente ranking do Centro de Liderança Pública (CLP) manteve Porto Alegre em quatro lugar na lista de cidades mais competitivas do País. Com 63,91 pontos, a capital gaúcha aparece atrás de Florianópolis (65,26), São Paulo (64,48) e Vitória, no Espírito Santo (64,29). A pesquisa abrange as 404 cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes.

Brastock Images/Divulgação

Levantamento do Centro de Liderança Pública considera os 404 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes.

Como critérios de avaliação, o estudo considera 65 indicadores em 13 pilares de três áreas temáticas: instituições, sociedade e economia, que formam um conjunto avaliado anualmente. A finalidade é demonstrar como a competição no setor público é um elemento fundamental para promover justiça, equidade e desenvolvimento sócioeconômico de modo a garantir serviços públicos de mais qualidade à população.

Os municípios avaliados correspondem, juntos, a 60% da população brasileira, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Veja, a seguir, a lista das primeiras 25 colocadas – outra cidade do Rio Grande do Sul, Lajeado (Vale do Taquari), consta no levantamento.

1) Florianópolis (SC): 65,26. 2) São Paulo (SP): 64,48. 3) Vitória (ES): 64,29. 4) Porto Alegre (RS): 63,91. 5) Barueri (SP): 63,04. 6) São Caetano do Sul (SP): 62,99. 7) Curitiba (PR): 62,62. 8) Campinas (SP): 62,23. 9) Maringá (PR): 62,18. 10) São Sebastião (SP): 61,93. 11) Santos (SP): 61,18. 12) Jaraguá do Sul (SC): 61,12. 13) Belo Horizonte (MG): 59,86. 14) Balneário Camboriú (SC): 59,81. 15) Jundiaí (SP): 59,77. 16) Santana de Parnaíba (SP): 59,70. 17) Votuporanga (SP): 59,63. 18) Criciúma (SC): 59,54. 19) Indaiatuba (SP): 59,52. 20) Nova Lima (MG): 59,40. 21) São Bernardo do Campo (SP): 59,29. 22) Niterói (RJ): 58,99. 23) Blumenau (SC): 58,80. 24) Uberlândia (MG): 58,66. 25) Lajeado (RS): 58,35.

"Manter uma posição não significa estabilização. Significa que o município teve uma melhora e que os 403 de trás não conseguiram ultrapassá-lo", ressalva o presidente do CLP, Tadeu Barros. "Subir posições dentro do top 10 é algo muito difícil."

Em 2023, as cinco melhores cidades brasileiras foram Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Barueri (SP), Porto Alegre (RS) e São Caetano do Sul (SP). Vitória (ES), que ocupava o oitavo lugar naquele ano, pulou para terceiro em 2024.

Da edição do ano passado para a de 2024, a cidade que mais ganhou posições foi Rio das Ostras (RJ), que subiu da 375ª para a 217ª posição. E Varginha (MG) foi a que mais perdeu posições – caiu da 59ª para a 228ª colocação.

"O ranking é uma plataforma que olha para todo o espectro de políticas públicas", acrescenta o executivo. "Esse trabalho se torna ainda mais importante em ano eleitoral. O ranking é uma ferramenta primordial para nortear as gestões dos novos prefeitos nos quatro cantos do País."

Sobre o CLP

Fundado nos anos 2000, o CLP se apresenta como "organização suprapartidária que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil, para um estado democrático de direito mais eficiente no uso de seus recursos e com respeito à coisa pública". Os detalhes do estudo podem ser conferidos no site clp.org.br (Marcello Campos)

EPTC reforça orientação sobre o uso de geradores de energia em áreas públicas de Porto Alegre.

Reprodução

Instalação do equipamento é condicionada a preenchimento de formulário específico.

A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) reforça a necessidade de que locatários e proprietários de geradores elétricos preencham o formulário de autorização para uso desse tipo de equipamento em vias públicas de Porto Alegre. O procedimento é obrigatório para obtenção de licença com essa finalidade.

Os geradores tiveram a sua presença multiplicada desde maio na maioria das cidades gaúchas, como recurso para manutenção do fornecimento de luz em imóveis diretamente afetados pelas enchentes. Quem transita pelo Centro Histórico de Porto Alegre, por exemplo, ainda depara com várias unidades funcionando diante de lojas, prédios comerciais e instituições como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs).

Mais que uma formalidade, o formulário proporciona ao solicitante uma série de esclarecimentos fundamentais e que contribuem para evitar transtornos à mobilidade urbana. O órgão municipal alerta que a má acomodação de geradores em ruas e outros espaços de uso comum pela população também oferece riscos à segurança de motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres.

Para garantir que esses equipamentos sejam instalados de forma adequada e segura, é imprescindível que os usuários preencham o documento, que também se aplica a outros itens – licenças para mudanças, estacionamento, caçamba estacionária (contêiner) e concretagem, em conformidade com a lei municipal nº 10.474, de 2008. O termo está disponível em prefeitura.poa.br/eptc. Em caso de dúvida, a EPTC atende pelo telefone 118.

Bloqueio

No Centro, o trecho da rua Doutor Flores entre Andradas e Voluntários da Pátria continua com bloqueio total de pista até esta próxima sexta-feira (23). A medida é necessária para que o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) conclua a programação de limpeza e reconstrução da rede de drenagem no segmento.

A orientação da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) aos motoristas e motociclistas que precisam acessar a região é a de que utilizem a rua Senhor dos Passos, imediatamente paralela à Doutor Flores. O cronograma dos próximos dias está sujeito a alterações conforme as condições meteorológicas.

De acordo com a prefeitura, a extensão do bloqueio se deve à complexidade do serviço, que inclui bocas-de-lobo e outras estruturas. A área – que abrange pontos comerciais de referência como o Pop Center ("Camelódromo") e o prédio da antiga loja Hipo Imcosul – foi diretamente atingida pelas enchentes de maio na Capital.

Demandas desse tipo podem ser encaminhadas por qualquer cidadão. Para isso, deve ser utilizado o Sistema 156 (telefone, aplicativo e whatsapp). Mais informações na sessão de notícias do site prefeitura.poa.br. (Marcello Campos)

Novo equipamento de ressonância magnética do Hospital Vila Nova, em Porto Alegre, teve mais de 800 exames em 45 dias.

Hospital Vila Nova/Divulgação

Comando da instituição já projeta até 670 procedimentos mensais com o aparelho.

Adquirido com R$ 4,8 milhões em recursos da Secretaria Estadual da Saúde (SES), o novo equipamento de ressonância magnética do Hospital Vila Nova, na Zona Sul de Porto Alegre, realizou 812 exames nos primeiros 45 dias de operação. O comando da instituição já projeta até 670 procedimentos mensais, beneficiando pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) na Capital e Região Metropolitana, que abrangem cerca de 2,2 milhões de habitantes.

Em visita à unidade nesta semana, a titular da SES, Arita Bergmann, conheceu o aparelho – inaugurado em 5 de julho pelo governador Eduardo Leite. Acompanhada do diretor do hospital, Dirceu Dal'Molin, ela ressaltou a importância do Vila Nova para a região:

"Trata-se de uma importante referência, tanto em Porto Alegre quanto na Região Metropolitana. Não é só uma unidade que faz as entregas e justifica os investimentos do governo gaúcho".

A compra e instalação do equipamento era necessária para atender a um aumento na demanda por exames de imagem no hospital, devido à recente ampliação do centro cirúrgico e à abertura dos centros de neurocirurgia e oncologia (área especializada em câncer). As obras receberam R$ 3 milhões da Secretaria, que também repassou R$ 2 milhões ao Vila Nova para compra de maquinário para o setor de neurocirurgia.

O novo centro de oncologia, inaugurado em novembro passado, recebe um repasse anual de R$ 6,9 milhões para o custeio dos atendimentos, por meio de parcelas mensais de R$ 576 mil. Os recursos são oriundos da cooperação técnica entre a SES e o Poder Judiciário para a ampliação dos serviços dessa especialidade, no âmbito do SUS. No local, são oferecidas 200 consultas mensais.

"A ressonância magnética é fundamental para investigação neurológica, principalmente na área da oncologia", finalizou o diretor Dirceu Dal'Molin.

Serafina Correa

Nesta quarta-feira (21), o centro de obstetrícia do Hospital Nossa Senhora do Rosário (HNSR), em Serafina Corrêa, inaugurou seu novo bloco cirúrgico. A estimativa é de que as instalações possibilitem uma ampliação de 40% nas cirurgias no local. O investimento foi de R$ 500 mil, oriundos do programa "Avançar na Saúde", do governo do Estado, por meio da SES.

Com a reforma, o espaço foi ampliado de 380 para 550 metros-quadrados. O centro cirúrgico ganhou duas novas salas de cirurgia, passando a três no total, e outras três salas de recuperação – totalizando cinco. Já o novo centro de obstetrícia conta com três salas de parto, duas a mais do que antes da obra.

De acordo com o diretor administrativo do hospital, Andre Bianchet, o novo espaço permitirá que o hospital receba mais pacientes, passando a realizar 77 cirurgias mensais. No antigo, eram 55.

Atualmente, o HNSR realiza 3 mil atendimentos por mês, por meio do SUS. É referência em atendimentos na maternidade de risco habitual, tratamento cirúrgico de síndrome compressiva em túnel do carpo e vasectomia, além de porta de entrada e ambulatório do programa "Assistir", nas especialidades de urologia e litotripsia. (Marcello Campos)

Exposição de desenhos é destaque em hotel no Centro de Porto Alegre.

Inaugurado há quatro meses no Centro Histórico de Porto Alegre, o Espaço Cultural do Hotel Praça da Matriz (HPM) abre às 18h desta quinta-feira (22) a mostra "Tramas, Rendas e Bilros", da artista plástica gaúcha Beatriz Dagnese. São mais de 20 desenhos conhecidos e inéditos, com visitação até 13 de outubro e que ressaltam a marca da autora: o uso de nanquim e grafite sobre papel para criar imagens que transitam entre figurativo e abstrato.

Em paralelo à mostra, Beatriz participará de três encontros da série de bate-papos "Roda de Cultura", com mediação por protagonistas do setor cultural. Estão programadas três edições do evento, ao longo de três quartas-feiras, sempre às 17h30min: 28 de agosto, 18 de setembro e 9 de outubro. A entrada é franca e aberta ao público em geral, porém com vagas limitadas – mediante inscrição pelo whatsapp (51) 9859-55690.

Nascida e criada em uma família de agricultores de ascendência italiana na zona rural de Nova Bassano (Serra Gaúcha), Beatriz Dagnese iniciou sua trajetória nas artes plásticas de modo intuitivo, aos 24 anos, ao ter sua atenção despertada por ilustrações publicadas na imprensa de Porto Alegre, para onde havia migrado na juventude, por conta do trabalho como enfermeira. Ela relembra hoje, aos 70 anos:

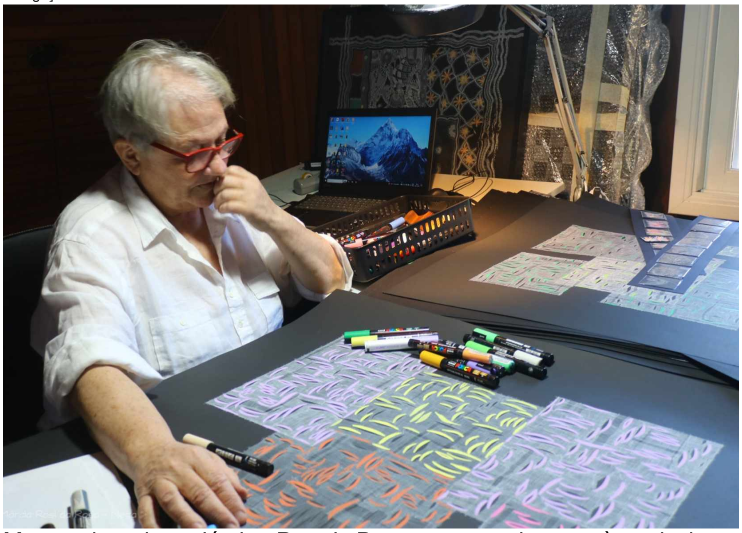
"Desde a adolescência eu tinha muito claro que não queria para mim a vida agrícola, e sim estudar e trabalhar em outra área. Sempre me interessei e queria fazer algo em arte, mesmo sem saber exatamente o quê e imaginando que não tinha como sobreviver da atividade, até deparar com desenhos de Vera Lúcia Didonet nas páginas de um dos jornais deixados pelos médicos em uma sala do hospital onde eu cumpria experiente, em 1978".

A descoberta impactou Beatriz de tal forma que ela imediatamente passou a rabiscar a lápis uma série de esboços sobre folhas de receituários. "Eu achava que desenhava", brinca. "Não parei mais. Fui experimentando outros materiais, técnicas e imagens que acabaram definindo um estilo, ao mesmo tempo em que continuava no setor da saúde. Já dividindo meu tempo entre Porto Alegre e Canela, montei um ateliê em minha casa no Interior."

O encorajamento constante pelos amigos a levou a socializar sua obra, inscrevendo-se na edição 2008 do Salão do Jovem Artista, da Secretaria Estadual da Cultura. Resultado: 1º lugar na região da Serra Gaúcha. Dali em diante, Beatriz teria o seu trabalho reconhecido em outros certames, como o Salão da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e Bienal do Mercosul de 2015.

Aposentada da enfermagem e hoje totalmente dedicada ao trabalho com desenho, seu trabalho tem sido compartilhado em mostras individuais e coletivas dentro e fora do Rio Grande do Sul. A artista faz um balanço de seu ingresso e projeção na atividade: "Entrei na hora certa, com 50 e poucos anos, sem jamais me sentir incomodada por ter começado em um momento que muitos consideram tardio", avalia.

Divulgação



Mostra da artista plástica Beatriz Dagnese tem abertura às 18h desta quinta-feira no Hotel Praça da Matriz.

Espaço HPM

Inaugurado como residência em 1928, o palacete do Largo João Amorim de Albuquerque nº 72 abriga há quase 50 anos o Hotel Praça da Matriz. O empreendimento passou por ampla revitalização e, sob o comando da família Patrício desde 2014, hospeda anônimos e famosos, além de abrigar o Espaço HPM. No foco estão exposições, saraus, lançamentos de livros e outros eventos, em parceria com a empresa Práxis Gestão de Projetos.

A origem do imóvel remonta a Luiz Alves de Castro (1884-1965), dono do cabaré-cassino "Clube dos Caçadores", instalado de 1914 a 1938 na rua Andrade Neves (a poucas quadras dali) e enaltecido por cronistas e escritores como Erico Verissimo. A fortuna amealhada pelo empresário ainda bancou, na mesma época, a construção do imponente edifício que hoje sedia o Espaço Cultural Força e Luz (Rua da Praia).

Contratado por Lulu, o engenheiro e arquiteto teuto-gaúcho Alfred Haasler projetou quatro andares com subsolo, pátio interno e dois diferenciais naquele tempo: garagem e sistema francês para calefação de água, tudo em estilo eclético, com mármores, azulejos e outros materiais importados. O conjunto está inventariado como de interesse histórico pelo Município e contemplado com o programa Monumenta, permitindo sua revitalização.

O proprietário não teve muito tempo para aproveitar tamanho requinte, pois migrou no início da década de 1930 para o Rio de Janeiro, ampliando atividades (foi sócio do Cassino da Urca e dono de diversos empreendimentos). Com o decreto federal que em 1946 proibiu os jogos-de-azar, Lulu se desfez do seu patrimônio em Porto Alegre. O palacete junto à Praça da Matriz – até então alugado a terceiros – trocou de mãos até ser adquirido em 1949 por um comerciante cuja nora, Ilita Patrício, mantém hoje o estabelecimento hoteleiro. (Marcello Campos)

QUEM É QUEM NO BRASIL

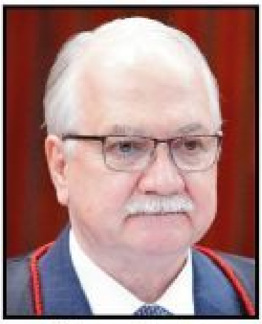
GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 11 MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Presidente

Roberto Barroso
(indicado por Dilma Rousseff)

Vice-Presidente



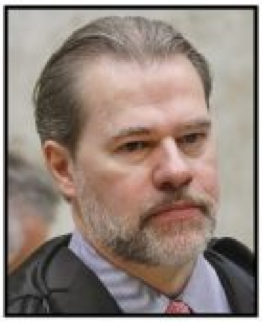
Edson Fachin
(indicado por Dilma Rousseff)

Alexandre de Moraes
(indicado por Michel Temer)

André Mendonça
(indicado por Jair Bolsonaro)

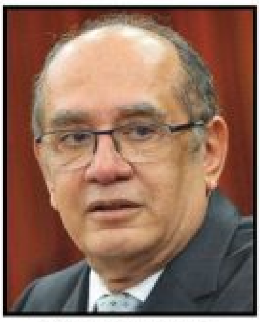
Cármen Lúcia
(indicada por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)

Cristiano Zanin
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)



Dias Toffoli
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)

Flávio Dino
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)



Gilmar Mendes
(indicado por Fernando Henrique Cardoso)

Luiz Fux
(indicado por Dilma Rousseff)

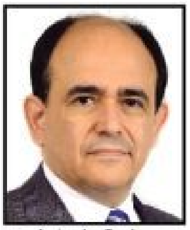
Nunes Marques
(indicado por Jair Bolsonaro)

Fotos: Divulgação

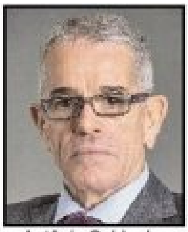
QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

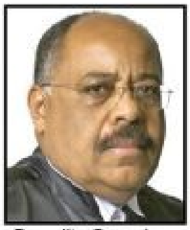
OS 31 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, STJ:


Antonio Carlos Ferreira

Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin


Antônio Saldanha Palheiro

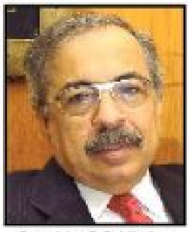
Assusete Dumont Reis Magalhães


Benedito Gonçalves

Daniela Teixeira

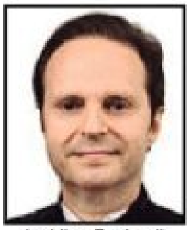
Fátima Nancy Andrighi

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto


Geraldo OG Nicéas Marques Fernandes

Humberto Eustáquio Soares Martins

João Otávio de Noronha


Joel Ilan Paciornik

Luis Felipe Salomão

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

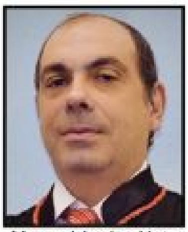
Marco Aurélio Bellizze de Oliveira

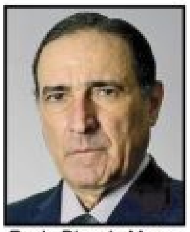
Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Mauro Luiz Campbell Marques


Messod Azulay Neto


Paulo Dias de Moura Ribeiro

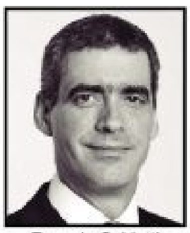
Paulo Sérgio Domingues

Raul Araújo Filho

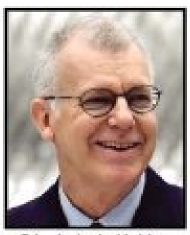
Regina Helena Costa

Reynaldo Soares da Fonseca

Ricardo Villas Bôas Cueva


Rogerio Schietti Machado Cruz

Sebastião Alves dos Reis Júnior


Sérgio Luíz Kukina

Teodoro Silva Santos

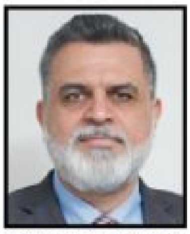
Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

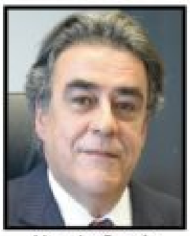
OS 26 MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

Presidente



Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente



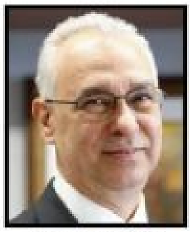
Aloysio Corrêa da Veiga

Alberto Bastos Balazeiro

Alexandre de Souza Agra Belmonte

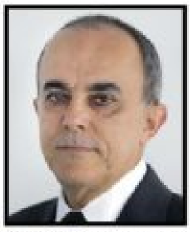
Alexandre Luiz Ramos

Amaury Rodrigues Pinto Junior



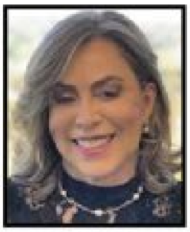
Augusto César Leite de Carvalho

Breno Medeiros



Cláudio Mascarenhas Brandão

Delaíde Alves Miranda Arantes

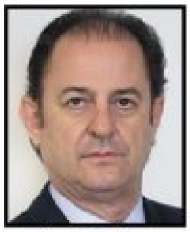


Dora Maria da Costa

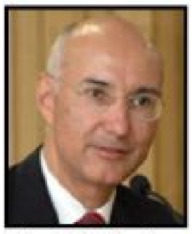
Douglas Alencar Rodrigues

Evandro Pereira Valadão Lopes

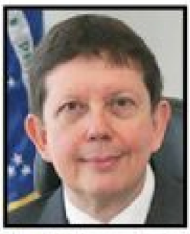
Guilherme Augusto Caputo Bastos



Hugo Carlos Scheuermann

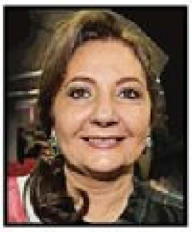


Ives Gandra da Silva Martins Filho

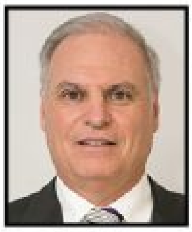


José Roberto Freire Pimenta

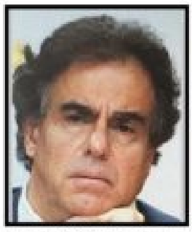
Kátia Magalhães Arruda



Liana Chaib

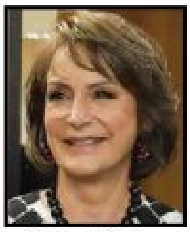


Luiz José Dezena da Silva



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Maria Helena Mallmann



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Mauricio Godinho Delgado

Morgana de Almeida Richa

Sergio Pinto Martins

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 15 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:

Presidente

Ministro
Francisco Joseli Parente Camelo

Vice-Presidente

Ministro
José Coêlho Ferreira

Ministro
Artur Vidigal de Oliveira

Ministro
Carlos Augusto Amaral Oliveira

Ministro
Carlos Vuyk de Aquino

Ministro
Celso Luiz Nazareth

Ministro
Cláudio Portugal de Viveiros

Ministro
José Barroso Filho

Ministro
Leonardo Punte

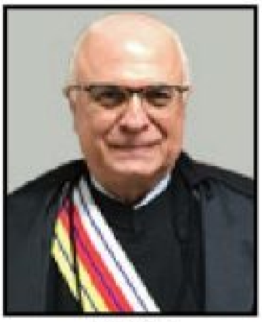
Ministro
Lourival Carvalho Silva

Ministro
Lúcio Mário de Barros Góes

Ministro
Marco Antônio de Farias

Ministra
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Ministro
Odilson Sampaio Benzi



Ministro
Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Fotos: Divulgação